



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**Faculdade de Direito e Relações Internacionais**  
**Curso de Relações Internacionais - FADIR**

**GABRIEL SILVA SANTOS**

**A DEPENDÊNCIA ESTRUTURAL DO BRASIL: COMO A  
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COM O JAPÃO SUSCITA UMA  
DEPENDÊNCIA ECONÔMICA BRASILEIRA?**

**Dourados - MS**

**2018**

**GABRIEL SILVA SANTOS**

**A DEPENDÊNCIA ESTRUTURAL DO BRASIL: COMO A  
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COM O JAPÃO SUSCITA UMA  
DEPENDÊNCIA ECONÔMICA BRASILEIRA?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof. Dr. Hermes Moreira Júnior

**Dourados - MS**

**2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S237d Santos, Gebríal Silva

A DEPENDÊNCIA ESTRUTURAL DO BRASIL: COMO A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COM O JAPÃO SUSCITA UMA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA BRASILEIRA? [recurso eletrônico] / Gebríal Silva Santos. – 2018.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Hermes Moreira Junior.

Coorientadora: Deborah Silva do Monte.

TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal do Grande Dourados, 2018.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<http://portal.ufgd.edu.br/sister/biblioteca/repositorio>

1. Cooperação Norte-Sul. 2. Teoria da Dependência. 3. Sistema-Mundo. I. Moreira Junior, Hermes. II. Monte, Deborah Silva Do. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



### ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 20 de novembro de 2018, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, o aluno **Gabriel Silva Santos** tendo como título "A dependência estrutural do Brasil: como a cooperação internacional com o Japão suscita uma dependência econômica brasileira?".

Constituíram a Banca Examinadora os professores Dr. Hermes Moreira Júnior (orientador), Dra. Deborah Monte (examinadora) e Dra. Lisandra Pereira Lamoso (examinadora).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado aprovado.

Por nada mais terem a declarar, assinam e presente Ata.

Observações:

---

---

---

Assinaturas:

  
**Dr. Hermes Moreira Júnior**  
Orientador

  
**Dra. Deborah Monte**  
Examinador

  
**Dra. Lisandra Pereira Lamoso**  
Examinador

Este trabalho é dedicado à minha mãe e ao meu pai, razões pelas quais estou vivo e serei eternamente grato.

## AGRADECIMENTOS

Minha eterna gratidão aos meus pais, Maria Madalena e Sinval Antônio, primeiramente pela minha vida e por não terem medido esforços para me proporcionar uma educação de qualidade, assim como o respeito ao próximo e a ter dignidade enquanto ser humano. Não existem palavras que possam descrever a sinceridade do meu amor pela minha família. Inclusive meu irmão Felipe, por me apoiar e estar comigo desde a infância, me amparando e me incentivando a buscar o melhor pra mim. Considero esses agradecimentos, sobretudo, dedicados às minhas origens familiares, além da sincera gratidão pelos ensinamentos e tão íntegro amor fraterno.

O ambiente acadêmico possibilitou experiências inconcebíveis para a minha vida, tanto em crescimento pessoal, quanto como cidadão. Apesar de uma etapa estar se encerrando agora, tenho certeza que estou pronto para muitas outras e, claro, não estou sozinho. O curso de Relações Internacionais – UFGD agregou muita coisa em minha vida, desde amigos incríveis, professores excelentes, além de aprimorar o meu exercício de pesquisa, de vivência e de olhar para o mundo. Logo, aprendi a ter mais empatia, respeitar culturas e pessoas. Apesar de não ser um curso perfeito, tal como nada é, teve bastante participação no que sou hoje em dia e, portanto, só tenho a agradecer pela Fadir, que na realidade deveria ser Fadir, do mesmo modo toda a UFGD, como instituição gratuita, pública e de ensino de qualidade.

É necessário reconhecer que não foram anos fáceis, mas foram precisos para o meu amadurecimento. Aos verdadeiros amigos, total gratidão. A começar pelas pessoas que moram comigo, Andreza e Júlia, obrigado por dividirem não somente a casa, mas também a vida comigo. Obrigado também por, desde o começo, estarem comigo e me acompanharem, vulgo tolerar, em diferentes fases da minha vida, sendo algumas boas, mas também outras não tão boas assim. Vocês me ensinaram muita coisa e sou muito grato por isso, com total certeza levarei um pedacinho de vocês comigo nessa nova etapa da famigerada “vida adulta”. Meus agradecimentos, também, à gata Amy que fez eu mudar meu conceito sobre gatos e hoje em dia ser um *cat person*.

Da mesma forma gostaria de agradecer aos meus amigos como a Carol, Pâmela, Eduardo, Letícia Maria, Eduarda, Carla, bem como os demais amigos de trajetória acadêmica e que compartilharam comigo essa etapa tão fundamental na minha vida. Meus queridos veteranos, que se tornaram mais amigos do que essa hierarquia ridícula, como a Luara, Lucas, Amanda, Ana Laura, Karina, Dandara, Vinícius, Perséfone, entre outros. As minhas amigas

de Paranaíba que mesmo de muito longe estiveram comigo também, como a Naiane, Maria Amanda, Ana Flávia, Marcela, Luciana e a Lorena. Aos meus familiares, tios, tias, aos meus avós que sempre rezaram pela minha vida e pelo futuro e, com certeza, de alguma maneira, me ajudaram a chegar até aqui com tanto êxito.

Vale ressaltar também a gratidão por todas as pessoas que direta e indiretamente auxiliaram para que eu concluísse meu trabalho de conclusão de curso e garantiram meu aprendizado acadêmico de maneira eficaz. Tal como os vigilantes, as faxineiras e copeiras, os técnicos, professores, em especial a minha orientadora Déborah que me ajudou desde quando eu não tinha ideia de pesquisa estabelecida e, além de tudo, sempre foi muito atenciosa enquanto professora e também como orientadora. Ela é uma mulher incrível.

Meus amigos que não estão comigo em sala de aula, mas que conheci em Dourados e levarei comigo sempre, tal como os dois Lucas, Júnior, Fabiano, Mateus, o pessoal do meu estágio, das minhas aulas extracurriculares, no meu aprendizado para além do universo da academia. Muito obrigado por todos os roles, alegrias, conselhos, ajuda, conforto, risadas, choros, abraços, força e, também, por não desistirem dos meus sonhos, principalmente quando eu não acreditava mais neles.

Eu sou eternamente grato pela oportunidade de estar em Dourados esse tempo de faculdade, pelas pessoas que encontrei e fizeram parte da minha trajetória, com certeza me ajudaram a ser quem eu sou hoje em dia. Gratidão pelo apoio da minha família também. Eu amo vocês todxs imensamente, esse trabalho não teria sido concluído sem vocês e, nem tão pouco, eu estaria concluindo o meu curso agora.

Mais uma etapa se encerra, talvez a gente demore a se encontrar fisicamente de novo, porém levarei comigo um pouco de cada um de vocês, marcados em minha história de vida. Permaneço seguindo inconcluso e incompleto, porém grato pelas oportunidades que tive e as companhias que, nesses quatro anos, compartilharam essa trajetória acadêmica/douradense comigo.

“É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norteamericano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros de poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar têm sido sucessivamente determinados, de fora, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo. A cada um dá-se uma função, sempre em benefício do desenvolvimento da metrópole estrangeira do momento, [...] nestas terras, o que assistimos não é a infância selvagem do capitalismo, mas a sua cruenta decrepitude. O subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento. É sua consequência. O subdesenvolvimento da América Latina provém do desenvolvimento alheio e continua a eliminá-lo. Impotente pela sua função de servidão internacional, moribundo desde que nasceu, o sistema tem pés de barro.”

Eduardo Hughes Galeano

## RESUMO

O presente trabalho analisa as relações econômicas internacionais ocorridas entre o Brasil e o Japão, principalmente a partir da década de 1950, de maneira a compreender como ambos os países estabeleceram laços econômicos, apresentando os aspectos que fomentaram a cooperação técnica, além de expor os tratados e acordos que auxiliaram a efetivar tal relação econômica. Dessa maneira, a partir da lógica do Sistema-Mundo, tal análise busca verificar a cooperação Brasil-Japão como uma estratégia internacional de desenvolvimento brasileiro, porém, que promove uma dependência econômica do Brasil em relação ao Japão. A julgar pela Teoria da Dependência, que analisa tal lógica sistêmica como um fator que mantém o *status quo* internacional, na qual a ordem capitalista vigente fomenta o desenvolvimento de determinados países em detrimento dos demais. A pesquisa, portanto, analisa os dados de importação e exportação estabelecidos entre ambos os países, fator que colabora para compreender como ocorre tal dependência numa ordem econômica global excludente. Isto posto, apesar da balança comercial ser favorável para o Brasil, visando o viés economicista, ao analisar as características dessa relação econômica, a nação brasileira tende a permanecer periférica, devido a característica de exportadora de matéria-prima. Por conseguinte, apesar de o Japão investir no Brasil, bem como no desenvolvimento dos cerrados brasileiros por meio do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), segundo a teoria dependentista, essa relação contribui para a posição periférica do Brasil no sistema internacional, manifestando-se na exportação de *commodities* brasileiras, enquanto o Japão exporta produtos de alto valor agregado. Por sua vez, a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e a deterioração dos termos de troca, numa lógica sistêmica capitalista, auxiliam na compreensão do argumento proposto, no qual o Brasil, em relação ao Japão, permanece subalterno devido a estrutura desigual, hierárquica e excludente oriunda do capitalismo.

**Palavras-chaves:** Cooperação Norte-Sul; Teoria da Dependência; Sistema-Mundo.

## ABSTRACT

This research analyzes the international economic relations between Brazil and Japan, especially since the 1950s, in order to understand how both countries established economic ties, presenting aspects that fostered technical cooperation, as well as exposing treaties and agreements that have helped to bring about such a relationship. Thus, from the logic of the World-System, this analysis seeks to verify the Brazil-Japan cooperation as an international strategy of Brazilian development, however, that promotes an economic dependence of Brazil towards Japan. Judging by Dependency Theory, which analyzes such systemic logic as a factor that maintains the international status quo, whose current capitalist order encourages the development of certain countries to the detriment of others. This research, therefore, analyzes the import and export data established between both countries, a factor that helps to understand how such dependence occurs in an excluding global economic order. This fact, although the trade balance is favorable to Brazil, aiming at the economicist bias, when analyzing the characteristics of this economic relation, Brazilian nation tends to remain peripheral, due to the characteristic of exporter of raw material. Therefore, although Japan invests in Brazil, as well as in the development of the Brazilian Cerrados through the Japanese-Brazilian Cooperation Program for the Development of the Cerrados (PRODECER), according to dependence theory, this relation contributes to the peripheral position of Brazil in the international system, manifesting itself in the export of Brazilian commodities, while Japan exports products with high added value. In turn, the International Division of Labor (IDL) and the deterioration of the terms of trade, in a systemic capitalist logic, aid in the understanding of the proposed argument, in which Brazil, relative to Japan, remains subordinate due to the unequal hierarchical structure and excluding from capitalism.

**Keywords:** North-South Cooperation; Theory of Dependency; System-World.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Quadro 01</b> – Perspectivas Norte-Sul e Sul-Sul Sobre o Desenvolvimento Internacional.....	23
<b>Quadro 02</b> – Aspectos Definidos do Sistema Mundo.....	24
<b>Quadro 03</b> – Categorias analíticas da Literatura Sobre a Cooperação Internacional Para o Desenvolvimento.....	25
<b>Gráfico 01</b> – Balança Comercial do Brasil Com o Japão.....	47
<b>Gráfico 02</b> – Exportações Brasileiras por Fator Agregado - Parceiro: Japão.....	48
<b>Gráfico 03</b> – Importações Brasileiras por Fator Agregado - Parceiro: Japão.....	49
<b>Gráfico 04</b> – Investimentos Diretos Japoneses no Brasil (US\$ Milhões).....	50
<b>Quadro 04</b> – Fases do Sistema Capitalista.....	55
<b>Quadro 05</b> – Definição de Produto Interno Bruto (PIB).....	61
<b>Gráfico 05</b> – Produto Interno Bruto (PIB) do Japão (BILHÕES \$).....	63
<b>Gráfico 06</b> – Produto Interno Bruto (PIB) Per Capita do Brasil (US \$).....	64
<b>Gráfico 07</b> – Produto Interno Bruto (PIB) Per Capita do Japão (US \$).....	65
<b>Gráfico 08</b> – Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil e do Japão.....	67
<b>Gráfico 09</b> – Coeficiente de Gini – Brasil (1990-2015).....	68
<b>Gráfico 10</b> – Coeficiente de Gini – Japão (1990-2015).....	69

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1. A ANÁLISE TEÓRICA DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL .....</b>	<b>17</b>
<b>2. CONSTRUÇÃO DO ELO SOCIOECONÔMICO NIPO-BRASILEIRO .....</b>	<b>35</b>
<b>3. O DESENVOLVIMENTO DA DEPENDÊNCIA .....</b>	<b>53</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>72</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>77</b>

## INTRODUÇÃO

A partir da estrutural dependência econômica oriunda do capitalismo, o presente trabalho pretende analisar a cooperação internacional por meio da perspectiva da Teoria da Dependência e, assim como, a Teoria Sistema-Mundo, tendo como objeto de análise a cooperação entre o Brasil e o Japão que contempla uma relação de mais de um século de existência, porém apresenta um contexto de dependência brasileira ante a nação nipônica. Ademais, o sistema capitalista, como preponderante na atual ordem internacional, sustenta-se por meio das discrepâncias econômicas, sociais e políticas entre os países, caracterizando uma realidade excludente e desigual. Dessa maneira, embora tal relação Brasil-Japão garanta benefícios mútuos para ambos os países, a cooperação internacional, como ferramenta de política externa, auxilia no *status quo* internacional, cujo Brasil almeja um desenvolvimento que não é capaz de alterar essa realidade estrutural socioeconômica.

Desse modo, o trabalho tem por objetivo interpretar os conceitos da Teoria da Dependência, por meio de uma lógica capitalista e de cooperação que submete o Brasil numa posição subalterna ao Japão, considerando que o primeiro é um país periférico, enquanto que o segundo possui caráter de centro. A cooperação Norte-Sul possui esse escopo de mantenedora da ordem, bem como os países do Norte permanecerem desenvolvidos em detrimento das nações do Sul que se mantêm subalternos, ainda que ambos conservem elos amistosos por meio de relações políticas, diplomáticas e/ou econômicas.

Sob a égide do capitalismo financeiro, sistema econômico vigente, países em diferentes níveis econômicos atuam num mesmo cenário internacional. Apesar de aparentemente ser uma estratégia de política externa benéfica, pois dessa mantem a harmonia entre os países num cenário anárquico, em realidade, também perpetua a hierarquia estrutural do capitalismo, bem como as desigualdades e a sobreposição dos países detentores do desenvolvimento, capital e tecnologia em detrimento dos países subalternos, exportadores de matéria-prima e com uma industrialização tardia.

À luz desses conceitos, o trabalho pretende analisar como ocorre essa hierarquia no sistema internacional, empregando o projeto PRODECER como uma cooperação entre o governo brasileiro e nipônico, no entanto, com uma estratégia de desenvolver a região de cerrados brasileiros e, posteriormente, garantir que o Brasil produza em maiores escalas *commodities* e exporte para o Japão. Ainda que a nação nipônica permaneça exportando manufaturados com alto valor agregado para o Brasil. Consequentemente, o ciclo de

dependência se sustenta com política externa que em realidade demonstra as desigualdades do âmbito internacional e como tendem a permanecer devido a lógica excludente do capitalismo.

No que diz respeito ao decorrer do trabalho, o primeiro capítulo discorre sobre uma análise teórica dos conceitos abordados na pesquisa, bem como as diferentes classificações de cooperação, os aspectos da Teoria Sistema-Mundo, bem como também da Teoria da Dependência, a deterioração dos termos de troca, conceitos esses utilizados a fim de interpretar o argumento da dependência estrutural econômica do Brasil ante ao Japão. Assim sendo, a correlação desses aspectos se dá a fim de explicar a estrutura capitalista internacional, analisada por meio da divisão do mundo em categorias como centro, semiperiferia e periferia, além de entender a deterioração do capitalismo tardio e periférico da América Latina frente aos países desenvolvidos.

Enquanto que no segundo capítulo, a política externa de ambos os países é caracterizada no intuito de apontar o marco temporal da pesquisa, sendo o governo do presidente Lula (2002-2010). Apesar desse o elo político, social e econômico entre Brasil e Japão existir há mais de um século, o foco de análise inicia-se na política nacional-desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek com a abertura para o capital internacional e a aproximação de ambos os países. Posteriormente, são discorridos os acordos de cooperação e visitas presidenciais, até a assinatura do PRODECER. Já no governo Lula, é possível analisar melhor os efeitos desse projeto no Brasil, bem como os investimentos diretos estrangeiros do Japão no Brasil, a balança comercial de ambas as nações e como desenvolvimento, com um ideal de mudança de estrutura, não ocorreu, tendo em vista que o Brasil mantém sua matriz produtiva primária-exportadora, enquanto que o Japão, país de centro, exporta manufaturados com alto valor agregado para o Brasil.

Ainda no segundo capítulo é possível compreender a correlação dos argumentos mencionados a priori, como por exemplo a deterioração dos termos troca, sendo esses termos os produtos que são utilizados nas exportações e importações entre os países. Logo, para que os países subdesenvolvidos e/ou subalternos no sistema internacional, alcancem os níveis de desenvolvimento, acumulação de capital, progresso técnico e tecnologia dos países do centro, ocasiona, portanto, uma demasiada produção de *commodities* no intuito de acompanhar o desenvolvimento em escala global. Dessa forma, não é vantajoso para os países subdesenvolvidos manterem sua matriz produtiva primário-exportadora, pois ficam à mercê do desenvolvimento oriundo dos países de centro, a julgar pela deterioração desses termos de troca que acarreta uma desproporção de acumulação de capital e, conseqüentemente, a dependência da periferia global ante ao desenvolvimento e tecnologia do centro.

Ademais, ao analisar pelo viés economicista, a balança comercial Brasil-Japão é favorável ao Brasil, no que diz respeito a valores de capital e montante, do mesmo modo os investimentos diretos estrangeiros do Japão, tal como a cooperação internacional que promove o desenvolvimento de infraestrutura e aprimoramento dos cerrados brasileiros, além de subsídios para estimular a produção em tal região produtível. No entanto, ao interpretar pelos argumentos da Teoria da Dependência, é possível compreender uma lógica sistêmica que aprimora estrategicamente uma específica região do país no intuito de alcançar o desenvolvimento, ou seja progresso técnico, porém essa dinâmica de política externa em realidade demonstra um interesse nipônico em continuar aprimorando os cerrados brasileiros a fim de garantir a matriz produtiva em *commodities* enquanto que o Brasil permanece dependente dos manufaturados japoneses e, por conseguinte, perpetua a característica subalterna e periférica brasileira ante a nação nipônica.

No terceiro capítulo, verifica-se uma análise do desenvolvimento, todavia, compreendido como um desenvolvimento da dependência brasileira ante ao Japão. Dessa forma, são debatidas teorias do desenvolvimento, o subimperialismo e a industrialização tardia latino-americana, a divisão internacional do trabalho, o progresso do capitalismo, assim como medidores socioeconômicos, no intuito de compreender melhor o argumento proposto na pesquisa. À luz desses conceitos, a interpretação desse capítulo sugere uma compreensão do desenvolvimento do capitalismo e, portanto, a concepção de uma estrutura sistêmica na qual países se desenvolvem em detrimento dos demais, basta ver o período de colonização, cujas metrópoles detinham o poder e o controle de suas colônias.

Ainda que atualmente essa dinâmica política não ocorra de forma legítima, os países considerados do Sul, ou seja, antigas colônias e subalternos no sistema internacional, permanecem dependentes política e economicamente, ainda que perpassados por um ideal contemporâneo e globalizado. Atualmente, sob a vigência do capitalismo financeiro, a divisão internacional do trabalho acentua a hierarquia entre os países e garante a ordem da anarquia internacional, por meio de elos diplomáticos, política externa, cooperações e acordos. Todavia, essa ordem, isto é, o *status quo* internacional, conserva as diferenças econômicas e tecnológicas entre os países, no intuito de preservar a harmonia.

Dessa forma, ocorre um subimperialismo nos países periféricos, pois ainda dependem dos manufaturados, tecnologia, desenvolvimento e capital, oriundos dos países centrais. A julgar pelos medidores socioeconômicos que evidenciam as diferenças econômicas e sociais entre o Brasil e o Japão, fica claro a disposição de cada país no sistema internacional, sendo o primeiro considerado periférico e subalterno, enquanto que o segundo central e

desenvolvido. O ideal de desenvolvimento, por sua vez, não foi alcançado, tendo em vista que tal conceito ocasiona noção de progresso, ou seja, de mudança, porém a nação brasileira segue com um escopo primário exportador, dependente dos produtos manufaturados e da tecnologia advindos do Japão. Tal ciclo, então, ocasiona uma dependência brasileira proveniente da estrutura capitalista, pois fomenta desigualdades e subalternidades a fim de manter-se em pleno exercício em âmbito internacional.

Isto posto, o trabalho segue uma lógica de raciocínio que critica a estrutura hierárquica, desigual e excludente do capitalismo, tendo como exemplo a cooperação internacional entre o Brasil e o Japão, por meio do projeto PRODECER, num ambiente internacional de política externa favorável e laços econômicos amistosos. O objetivo, portanto, é compreender a estrutura internacional, a disposição desigual dos países e como tendem a permanecer hierárquicos e discrepantes, ainda que atuem num mesmo mercado. A dependência estrutural brasileira, dessa maneira, tende a continuar devido a ordem vigente que segure uma harmonia internacional, no entanto, ocasiona o *status quo*, como também o desenvolvimento dos países centrais em detrimento de uma periferia subalterna e deteriorada.

## 1. ANÁLISE TEÓRICA DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

*“As relações entre umas nações e outras dependem do estado de desenvolvimento em que se encontra cada uma delas no que concerne às forças produtivas, à divisão do trabalho e ao intercâmbio interno. Tal princípio é em geral conhecido. Entretanto, não apenas a relação de uma nação com outras, mas também toda estrutura interna desta mesma nação, dependem do grau de desenvolvimento de sua produção e de seu intercâmbio interno e externo [...].”*

*Karl Heinrich Marx; Friedrich Engels<sup>1</sup>*

Nesse primeiro capítulo a intenção é sistematizar o panorama teórico que vai fundamentar todo o trabalho, tendo como base a Teoria Sistema-Mundo, bem como a Teoria da Dependência e a conceptualização do desenvolvimento, no intuito de posteriormente elaborar um raciocínio que interliga os elementos abordados em tal capítulo, bem como os dos demais por vir. Nesse sentido, este capítulo apresenta o escopo teórico, ao passo que no segundo capítulo as relações entre Brasil e Japão são contextualizadas. Na sequência, o terceiro capítulo evidencia os diferentes estágios de desenvolvimento entre os dois países, mobilizando os indicadores socioeconômicos que auxiliam na compreensão do argumento proposto, que seja: o Brasil permanece economicamente dependente do Japão, sendo uma estratégia estrutural capitalista que mantém a ordem num sistema de anarquia internacional.

A relação Brasil-Japão perpassa mais de um século de existência, mantendo um elo amistoso político e economicamente. Tal pesquisa, portanto, dedica-se a analisar a característica de dependência brasileira ante ao Japão, tendo o PRODECER como exemplo da ação estratégica nipônica, conciliando interesses de ambos os países e, conseqüentemente, garantindo o escopo primário-exportador do Brasil, enquanto que o Japão permanece detentor do capital, tecnologia e desenvolvimento. Conforme a interpretação da Teoria da Dependência, os países no âmbito internacional, divididos hierarquicamente em centro e periferia, concebem uma dicotomia na qual o desenvolvimento dos países centrais se dá em detrimento da dependência dos países de escopo periférico. Desse modo, o Brasil e o Japão são analisados na pesquisa no intuito de compreender como ocorre tal dependência por meio de uma cooperação internacional, de tipo Norte-Sul, hierárquica, desigual e mantenedora das diferenças socioeconômicas entre ambos os países, ainda que acarrete um discurso desenvolvimentista sob a égide do sistema capitalista.

---

<sup>1</sup> MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã (I – Feuerbach)*. São Paulo/SP: Editora Hucitec, (1846 [1999]), p. 28-29.

Com o objetivo de compreender como ocorre o fenômeno da cooperação e suas dinâmicas no sistema internacional, a pesquisa é orientada pela seguinte pergunta: *a cooperação internacional do Brasil com o Japão suscita dependência econômica? Se sim, como?* Faz-se necessário, então, recordar alguns aspectos das relações internacionais, bem como a organização dos Estados, até mesmo os efeitos da cooperação na organização econômica e política dos países, neste caso especialmente o Japão e o Brasil.

Destarte, segundo o estudo das Relações Internacionais, a ideia de Estado-Nação e ordem internacional, tal como nos é familiar hoje em dia, origina-se na denominada Paz de Westfália legitimando a soberania e as fronteiras nacionais dos Estados. Tal como (CHINAGLIA; VIANA, 2017) declaram “por meio da criação do Estado, ficou evidente que o território seria indispensável para que um Estado possa existir – já que o território é o espaço onde o poder estatal é exercido e estendido”.

Todavia, o Estado-Nação adquiriu novos aspectos com o advento da modernidade e da globalização,

[...] com a possibilidade das Nações – grupos com interesses comuns – se tornarem soberanas ou mesmo de criar seus próprios Estados, isso só viria a afirmar que a importância dos territórios viria a declinar, sendo possível observar essa nova configuração estatal no século XX com o princípio da autodeterminação dos povos e o processo de globalização (CHINAGLIA; VIANA, 2017, p. 2).

No âmbito das Relações Internacionais, sendo elas compostas pela interação entre os países, dentre outros fenômenos, a cooperação é entendida como um mecanismo de conexão entre os Estados, por meio de laços econômicos, diplomáticos e/ou políticos. O sistema anárquico, – isto é, sem autoridade central com poder coercitivo – analisado por tal área do conhecimento, concebe um cenário no qual não existe um ator hegemônico dominante entre os demais países. Sendo assim, a dinâmica de política externa e o elo entre os Estados é essencialmente importante para o funcionamento do sistema internacional.

O conceito weberiano de Estado o define como – a “[...] comunidade humana que pretende o *monopólio do uso legítimo da força física* dentro de um determinado território” (WEBER, 2003, p. 56). Assim sendo, a política externa e a cooperação são importantes fenômenos de conexão dos países, tendo em vista que no cenário anárquico do sistema internacional, os Estados se interligam a fim de manter a ordem ou até mesmo se aprimorarem (SHEVARDNADZE, 1989)<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Tradução de Suely Barros. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451989000400011&script=sci\\_arttext&tlng=en#nt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451989000400011&script=sci_arttext&tlng=en#nt)>.

A política externa, que liga os países no sistema internacional, é um fenômeno fundamental nas Relações Internacionais, pois é a partir de um elo entre os países que surgem as cooperações, seja Norte-Sul ou até mesmo para o desenvolvimento. Considerando os ideais de Estado como ator principal, ainda que não único, e que atua conforme seus interesses ante a anarquia do sistema, tal como afirma (JUBRAN; LEÃES; VALDEZ, 2015, p. 09) entende-se que o sistema internacional é composto, principalmente, por Estados soberanos, política e territorialmente constituídos, que buscam maximizar seus interesses de forma legítima<sup>3</sup>.

Sob tal perspectiva, a maximização de interesses dos países estimula a cooperação, pois os Estados como atores do sistema internacional, procuram atender seus interesses, seja por meio do desenvolvimento interno ou, até mesmo, o ato da cooperação, tendo em vista que gera benefícios mútuos. Assim sendo, embora existam classificações diferentes de cooperação, o ato se resume na coordenação de ações afim de estabelecer um elo econômico e/ou político com outro ator no sistema internacional e, então, garantir proveitos para ambos (KEOHANE, 1984)<sup>4</sup>.

A cooperação internacional, analisada a partir do ponto de vista que os Estados mantêm relações num sistema anárquico, estabelece uma ação estratégica dos países no Sistema Internacional, classificando-se em cooperação: Norte-Sul, Sul-Sul, triangular, técnica, entre outras denominações. Todavia, para o presente trabalho, faz-se a análise da cooperação Norte-Sul e técnica, a fim de compreender como ocorre o fenômeno da cooperação Brasil-Japão e quais as consequências de tal relação.

O viés do desenvolvimento é um dos fatores principais para que os Estados cooperem, haja vista que ambos se beneficiam, além de manter os elos econômicos e políticos entre si. Embora no sistema internacional, os países estão dispostos em níveis de desenvolvimentos diferentes, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) ocorre, teoricamente, a fim de que os Estados tenham benefícios mútuos e possam diminuir as suas assimetrias. A esfera econômica, no entanto, compreende a principal condição, na qual os países cooperam. Ainda que, o conceito de cooperação abranja setores políticos e sociais, seja no âmbito regional, ou até mesmo por estratégias geopolíticas internacionais.

Sob o enfoque do viés economicista, a política externa dos países compreende um catalisador para a cooperação, fomentando um ambiente favorável a fim de que os Estados se

---

<sup>3</sup> Embora os Estados não sejam os únicos atores de todo o Sistema Internacional, porém, devido a análise proposta pelo presente trabalho, eles se concebem como principais atores.

<sup>4</sup> Tradução de Bárbara Oliveira Ramos, 2006, p. 02. Disponível em <[http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/4884/1/2006\\_B%20C3%A1rbara%20Oliveira%20Ramos.pdf](http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/4884/1/2006_B%20C3%A1rbara%20Oliveira%20Ramos.pdf)>.

relacionem, seja pela manutenção da diplomacia ou até mesmo celebrando acordos econômicos. Nas Relações Internacionais, principalmente, a cooperação é analisada nas teorias fundamentais, no caso o Realismo e o Liberalismo, sendo a primeira com uma visão menos positiva para o fenômeno e a segunda enxerga a cooperação como fenômeno fundamental para fluir as relações interestatais (JUBRAN; LEÃES; VALDEZ, 2015, p. 12-13).

Desse modo, as teorias de Relações Internacionais pretendem explicar as dinâmicas que se sucederem nos elos estabelecidos entre os países, no âmbito internacional, bem como também na esfera doméstica. Assim sendo, na ordem de atuação internacional vigente, cujos Estados se correlacionam sem um ator principal e hegemônico, a lógica estrutural se concebe por meio de diferentes níveis econômicos, sociais e políticos. Todavia, mesmo com tais discrepâncias, a cooperação internacional pode ser estabelecida de maneira a beneficiar mutuamente países de diferentes categorias econômicas<sup>5</sup>. Outrossim, tais disparidades econômicas e políticas no cenário global, é abordada pela Teoria Sistema-Mundo, classificando os países em centrais, semiperiféricos e periféricos, assim como será abordada posteriormente.

Na composição do sistema mundo vigente, tendo por preponderância o regime capitalista, os Estados estão dispostos em diferentes níveis socioeconômicos e políticos, entretanto, atuam num mesmo mercado e estão sob uma mesma ordem. A partir de então que ocorrem as cooperações e sucedem as específicas nomeações. No caso deste trabalho, o Brasil e o Japão são analisados em suas relações e ocasionalmente como decorre a cooperação Norte-Sul e técnica. Ademais, a análise de uma possível dependência do Brasil perante a nação nipônica.

Com o advento da globalização e a concepção de um sistema-mundo, tal como aborda a teoria de Wallerstein, o âmbito internacional a fim de manter as relações interestatais, os atores ajustam seu comportamento às preferências reais ou esperadas de outros autores (RAMOS, 2006). Dessa maneira, com o decorrer da globalização os países estabelecem relações ainda mais interligadas, com as instituições, acordos, organizações e tratados, promovendo ainda mais elos para a cooperação.

A Teoria do Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein, fundamentada a partir da divisão internacional do trabalho, resulta na classificação do mundo em três estamentos hierárquicos: centro, periferia e semiperiferia (SARFATI, 2005, p. 140). Logo, o presente

---

<sup>5</sup> Cooperação Norte-Sul.

trabalho apresenta a ideia da disposição do Brasil e do Japão nessa estratégia sistêmica, na qual a nação brasileira é considerada periférica em relação ao Japão. Portanto, tende a permanecer desigual se o *status quo* for mantido. Apesar de tais países estabelecerem relações, acordos e tratados desde o século passado, este elo perpetua tais discrepâncias e hierarquias no sistema internacional.

No que se trata de Relações Internacionais, o desenvolvimento é um fator importante para compreender como tais elos se decorreram, principalmente no cenário pós Segunda Guerra Mundial. Tendo em vista que a ideia de desenvolvimento fomenta uma percepção de aprimoramento, tal fator ajudou a promover as relações entre os países de modo que eles buscavam se aperfeiçoar no sistema internacional, classificados em centros e periféricos, conforme citado anteriormente. De acordo com Santos Filho (2005, p. 06), o desenvolvimento implica uma ideia de mudança e/ou transformação que explica as diferenças entre as sociedades tradicionais e modernas. A manutenção da ordem internacional, predominantemente capitalista, ocorre a fim de manter tais diferenças e conservar o *status quo* e a harmonia internacional, ainda que esse fator mantenha a desproporção socioeconômicas entre os países num âmbito global.

Sendo a cooperação uma ferramenta importante para a política externa, a temática do desenvolvimento é um importante fator que se associa a manutenção da ordem estabelecida e dos valores concebidos nos países de cunho central em detrimento aos de caráter periférico. Dessa forma, aborda Souza (2014, p. 11),

[...] as origens da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) remontam a um mundo do pós-Guerra composto pelos países ocidentais capitalistas, os países do bloco comunista, e um conjunto de países que ficou conhecido como terceiro mundo, muitos dos quais ainda se encontravam em um contexto de descolonização e dependiam de assistência externa para sustentar suas economias e a construção de suas instituições nacionais (SOUZA, 2014, p. 11).

Deste modo, o estabelecimento da cooperação cria expectativas de que Estados demandantes apoiem as ambições da política externa dos países parceiros (LENGYEL; MALACALZA, 2011). Por conseguinte, ao estabelecerem um âmbito propício à cooperação, os países celebram acordos, programas técnicos, instituições, tratados, importações e/ou exportações, que perpassam tal relação, além de garantir, ainda que assimétricos, benefícios para ambos os países.

Apesar dessa perspectiva, em que na cooperação são identificados os “interesses complementares” e o que cada um tem a oferecer e receber nas ações cooperativas (CHATURVEDI; SINGH, 2014), existe uma Resolução de 1959 do Conselho da Organização da Nações Unidas (ONU), que distingue *cooperação* de *ajuda externa*. Como abordado por

Matos (2017, p. 23), trata-se de um fator relevante a fim de compreender os aspectos do fenômeno da cooperação que divergem de ajuda externa. No que se refere a ajuda externa, compreende-se até mesmo assistência militar e não possui, necessariamente, cunho de desenvolvimento, enquanto que na cooperação internacional, o desenvolvimento e as vantagens recíprocas são as principais finalidades da relação entre os países.

Nota-se também a disposição dos países em diferentes níveis no sistema mundo, tendo em vista nações que são consideradas com maior desenvolvimento e persuasão no âmbito internacional do que as demais. Sendo assim, “*small power*” e “*middle power*” são termos que ajudam a compreender a dinâmica que perpassa as Relações Internacionais e, dessa forma, as cooperações entre Estados. Conforme cita Matos (2017, p. 35), no âmbito internacional “[...] uma vez que a dinâmica do comportamento e da ação é diferente nesses níveis, um poder regional almeja a proeminência na sua região, competindo para demonstrar a sua influência”.

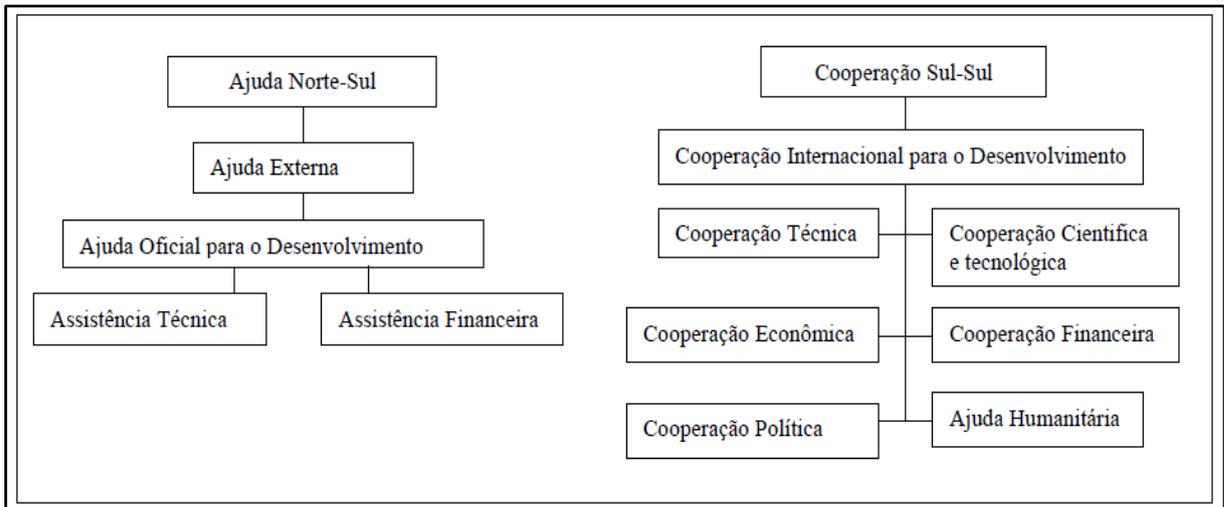
A partir de tal lógica, os países estabelecem cooperação, ou não, à medida que lhes são propícios, seja para manter o domínio na região, ou até mesmo para englobar outros países a fim de estabelecer elos econômicos e/ou políticos. Bem como exhibe o quadro 01, distinguindo como a cooperação dá-se entre os países do centro e os de cunho periférico (Norte-Sul), como também entre os subdesenvolvidos (Sul-Sul). Assim sendo, o quadro 01 diz respeito a propagação do desenvolvimento nos países desenvolvidos e em subdesenvolvidos<sup>6</sup>, no intuito de compreender o conceito de cooperação, principalmente a partir da resolução 1.383 de 1959 da Organização das Nações Unidas<sup>7</sup>, cujos aspectos se divergem de ajuda externa. Observa-se, portanto, as diferentes perspectivas sobre o desenvolvimento no âmbito internacional:

---

<sup>6</sup> Vale apontar o lançamento do Programa Quatro Pontos, essencial para a orientação da política externa estadunidense pelo presidente dos Estados Unidos da América, Harry Truman (1945-1953), no seu segundo mandato (1949). O Ponto Quatro referia-se à Ajuda Externa. Tinha como objetivo ajudar as populações das áreas “subdesenvolvidas” do mundo a aumentar o padrão de vida, mediante a utilização eficiente de recursos materiais e humanos, por meio de assistência financeira e técnica.

<sup>7</sup> Trecho apresentado na tese de Matos (2017, p. 23-24) sobre tal resolução da ONU: A Resolução 1.383 (XVI) de 1959 das Organizações das Nações Unidas (ONU) questionou a apropriação do termo “cooperação”, como sinônimo de “Ajuda Externa” e de “Ajuda/Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD)”, uma vez que a Ajuda Externa abarca a assistência militar, o que não contribui necessariamente para o desenvolvimento. A AOD, no que lhe concerne, enseja uma relação desigual (doador e receptor) e acarreta pesadas condicionalidades (RENGIFO, 1999; SÁNCHEZ, 2002). Já o termo “Cooperação para o Desenvolvimento”, sugere uma ideia de parceria entre países e apresenta o desenvolvimento como o seu objetivo principal (BREUNING, 2002; AYLLÓN, 2006). Na visão de países como o Brasil, no processo de cooperação [técnica, científica e tecnológica], “ninguém sabe tanto que não tenha algo a aprender, nem tão pouco que não tenha algo a ensinar” (IPEA; ABC, 2010, p. 33).

**QUADRO 01 - PERSPECTIVAS NORTE-SUL E SUL-SUL SOBRE O  
DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL**



**Fonte:** MATOS, 2017, p. 23.

Segundo Matos (2017, p. 23), os países de cunho periférico, considerados do Sul, estão dispostos em níveis de desenvolvimento diferentes. Sendo assim:

Na perspectiva Sul-Sul, há uma subcategoria de países localizados no topo, que são considerados principais parceiros da cooperação, pela detenção de maiores recursos financeiros e conhecimentos técnicos e tecnológicos, comparativamente aos demais. Essa subcategoria anuncia que, entre os países do Sul, as relações não são necessariamente iguais (MATOS, 2017, p. 23).

Em suma, tal dinâmica internacional, perpassada pelo sistema capitalista, é resumida por Wallerstein (1974) em sua obra, na qual aborda pilares que sustentam a interação estrutural no Sistema-Mundo, compreendida pelos Estados entre si numa economia-mundo capitalista. Ressalta Wallerstein:

(i) uma expansão com a dimensão geográfica do mundo; (ii) o desenvolvimento de métodos diferenciados de controle do trabalho para diferentes produtos e diferentes zonas da economia-mundo; e (iii) a criação de aparelhos de Estado relativamente fortes naqueles que viriam a tornar-se os estados centrais desta economia-mundo capitalista (WALLERSTEIN, 1974, p. 45-46).

Por conseguinte, o autor Wallerstein estuda o sistema capitalista e como transcorre sua vigência na atual ordem mundial, tendo em vista que não há um outro sistema que dispute espaço no âmbito internacional. Consequentemente os países estão à mercê do *status quo*, embora não haja um país que estabelece hegemonia sobre os demais. Tal como afirma Martins (2015, p. 100) “Wallerstein ressalta que não há um sistema mundial alternativo capaz de concorrer com este sistema econômico mundial e realizar uma melhor distribuição econômica, pois não há governo mundial”.

No intuito de compreender melhor o nexo entre os países, Wallerstein propõe três níveis de análise para os países, mesmo que tais padrões não sejam fixos, no intuito de

auxiliar na compreensão dos aspectos econômicos, sociais e políticos que dispõem os países como de centro, semiperiferia e periferia. O quadro 02, por sua vez, auxilia a assimilar tais conceitos.

**QUADRO 02 – ASPECTOS DEFINIDOS DO SISTEMA MUNDO**

<b>Nível</b>	<b>Aspecto Econômico</b>	<b>Aspecto Político</b>	<b>Aspecto Cultural</b>
<b>Centro</b>	Países com produção de alto valor agregado tecnológico; produtor e exportador de tecnologia; mão de obra especializada	Países que são Estados fortes, tendo a capacidade de ampliar seu domínio para além de suas fronteiras	Possuem forte identidade nacional e ampliam sua identidade como referencial para além das fronteiras
<b>Semi-periferia</b>	Países de industrialização de baixo valor tecnológico agregado; não produz tecnologia, mas a absorve; mão de obra semi-especializada e não especializada	Estados que têm o controle de sua política interna, mas não exercem influência externa	Possuem identidade cultural e nacional média
<b>Periferia</b>	Países que produzem produtos primários apenas; mão de obra não especializada	Estados que nem possuem o controle da sua política interna, nem exercem influência externa	Não possuem identidade nacional ou é fragmentada, prevalecendo identidades étnica ou religiosa

**Fonte:** MARTINS, 2015, baseado na obra de Wallerstein.

Desse modo, entende-se que:

Enquanto as regiões centrais apresentam atividades econômicas mais intensivas em capital e tecnologia, as periféricas acabam por se especializar na produção e na exportação de produtos básicos. A semiperiferia atinge determinado grau de industrialização e estabelece uma relação de dependência sobre a periferia, da qual importa insumos básicos. Porém, tanto a tecnologia como o capital permanecem dependentes do centro (JUBRAN; LEÃES; VALDEZ, 2015, p. 22).

À luz de tais argumentos, a relação sócio-política-econômica entre os países no cenário internacional ocorre para além das fronteiras nacionais, de modo que Martins (2015, p. 107) ressalta “[...] para a teoria do sistema-mundo, as fronteiras nacionais não são

importantes para pensar o capitalismo como sistema social, pois este, conforme demonstra Wallerstein, nunca se deixou aprisionar dentro destas, desde o século XVI”. Assim sendo, com o advento da globalização, a disseminação de ideais desenvolvimentistas, conforto e bem-estar da população, na verdade demonstram um caráter malfazejo para os países de cunho periférico, como aborda Boaventura de Souza Santos (2005), que como consequência da nova divisão internacional do trabalho, a procura por mão-de-obra barata faz com que as grandes empresas busquem força de trabalho em todo o mundo.

Dessa forma, a presente análise que estuda a relação estabelecida entre o Brasil e o Japão, aponta como o desenvolvimento, oriundo da nação nipônica, no Brasil acarreta consequências, que apesar de parecerem benéficas, devido a ampliação da infraestrutura, desenvolvimento dos cerrados, e também conhecimento tecnológico, na realidade ocorrem de maneira a manter a posição brasileira como grande fornecedor de *commodities*, auxiliando a sustentar o desenvolvimento nipônico em razão de uma dependência internacional, utilizando o discurso de cooperação.

Logo, a estratégia abordada por ambos os países, por meio de acordos e tratados que sustenta a diplomacia entre eles, embora se decorra há séculos, não foge à regra da estratégia capitalista de atenuar as desigualdades, seja no âmbito interno ou internacional, suscitando a dependência brasileira ante os benefícios proveniente do Japão. Ademais, outro quadro que auxilia a compreender as dimensões da cooperação internacional, elaborada por Matos (2017), de modo a intercalar os âmbitos, nos quais tal prática se realiza, tanto no cenário internacional, quanto no doméstico, concebendo categorias analíticas sobre o desenvolvimento pretendido pela cooperação. Observa-se a seguir,

### **QUADRO 03 - CATEGORIAS ANALÍTICAS DA LITERATURA SOBRE A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO**

<b>Tipo</b>	Norte-Sul					
	Sul-Sul					
<b>Modalidade</b>	Bilateral					
	Trilateral/Triangular					
	Multilateral					
<b>Níveis</b>	Regional					
	Inter-regional					
<b>Dimensões</b>	Humanitária	Técnica	Científica e tecnológica	Econômica	Financeira	Política
<b>Estruturação de Implementação</b>	Centralizada					
	Descentralizada					

<b>Atores</b>	Estatais
	Não Estatais
<b>Recursos</b>	Reembolsável
	Não reembolsável
<b>Condicionalidades</b>	Cooperação condicionada
	Cooperação não condicionada

**Fonte:** Elaborado por MATOS, 2017, p. 26 a partir de ALONSO, 2001; BROWNE, 2002; CAMPOS, 2011 e AYLLÓN, 2011.

O quadro 03 ilustra a complexidade do Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento (SICD), no âmbito do sistema capitalista, bem como as possíveis categorias para que tal cooperação ocorra no âmbito internacional. Verifica-se a multiplicidade de atores, interesses, estratégias e objetivos, sendo um processo construído a partir de diferentes aspectos no intuito de almejar o desenvolvimento, principalmente a partir de um ator de centro, ou seja, desenvolvido para países periféricos, sendo subalternos no sistema internacional.

No que se refere aos teóricos da Teoria da Dependência, “a própria inserção das colônias e dos países recém-emancipados no capitalismo internacional é um fator para o subdesenvolvimento da periferia ou posição dependente desta em relação ao centro” (JUBRAN; LEÃES; VALDEZ, 2015, p. 21). A partir dessa análise, os teóricos dependentistas discorrem sobre a maneira na qual – a relação dos países de centro e os de periferia – promove dependência no sistema internacional.

Amin (1987) argumenta que a dependência é construída entre o capital internacional e a burguesia nacional governante, e é a partir dessa relação entre classes sociais de diferentes países que se deve entender a exploração das massas no Terceiro Mundo. Nesse sentido, a problemática sistêmica não envolve somente o viés economicista da dependência, mas inclui aspectos sociais que contribuem para o *status quo* estrutural. Além do mais, o autor evidencia que também as diferenças sociais ocasionam a reprodução de valores ocidentais por uma classe dominante em detrimento dos demais subalternos, assim como os grandes latifundiários que contribuem com a produção agrícola do país, visando um determinado domínio, enquanto na verdade, contemplam mais uma ferramenta do sistema que colabora a subsistir tal dependência.

Além do mais, Lubaszewski (2015, p. 144) afirma que,

[...] ao analisar os diferentes trajetos, consideram-se sempre as relações entre o interno e o externo e entram análises de diversas situações de dependência, entre elas a fase de formação do Estado Nacional e de surgimento de uma burguesia exportadora, a dependência na situação de enclave e a na fase de internacionalização do mercado e/ou industrialização (LUBASZEWski, 2015, p. 144).

Assim sendo, ao se tratar da Teoria da Dependência, o argumento de manutenção da ordem sistêmica afirma a problemática vigente, cuja disposição do Brasil e do Japão se divergem no sistema internacional, principalmente em desenvolvimento social e econômico, bem como discorrem Jubran, Leães e Valdez, (2015, p. 22),

Entretanto as teorias da dependência foram (e continuam) pródigas ao apontarem que países ou regiões que se especializam em exportar insumos básicos correm o risco de perpetuar ou mesmo acentuar seu subdesenvolvimento face aos demais players da economia mundial. E, mais além, países que se industrializam por meio da estratégia de internalização da produção de itens de médio valor agregado, como sugere Wallerstein, não deverão atingir os níveis de desenvolvimento dos países mais avançados (JUBRAN; LEÃES; VALDEZ, 2015, p. 22).

À luz dessa perspectiva, Seabra (2013, p. 195) afirma que a América Latina, tal como ressalta a conjuntura histórica do continente, situa-se numa concepção divergente dos países de centro, “[...] pode ser definido como um conjunto de sociedades capitalistas dependentes, dado a integração dos países latino-americanos ao sistema capitalista mundial no século XIX só poderia ter se fundamentado como economias primário-exportadoras”. Essa especialidade primário-exportadora<sup>8</sup> é um viés que acarreta benefícios econômicos, haja vista que é uma atividade lucrativa. No entanto, a lógica capitalista tende a aparentar tal visão como progressista, todavia, essa dinâmica mantém a ordem desigual, hierárquica e subalterna dos países no sistema internacional.

Ademais, a lógica do capitalismo dependente na América Latina concebe uma ideia de que os países latino-americanos permanecem dispostos sob uma estrutura de cunho imperialista, determinada pelos países do centro, assim como ressalta Seabra (2013, p. 198),

O estabelecimento de tipologias é algo que muitos autores dependentistas se debruçaram direta ou indiretamente, e que com maior ou menor sucesso permitiu a articulação dos níveis concretos e abstratos no intuito de compreender o desenvolvimento do capitalismo dependente. Quarenta anos depois nos parece urgente a reavaliação das tipologias da dependência como importante instrumento para a reflexão sobre a nova fase do imperialismo na região, mas, sobretudo, para avaliar as possibilidades abertas de complementaridade das economias com base no reconhecimento de suas assimetrias, principalmente numa época de reorganização dos espaços de integração regional e do resgate da soberania nacional. Qualquer intento de integração latino-americano genuinamente alternativo tem de levar em conta os riscos de se reproduzirem os mecanismos da divisão regional do trabalho,

---

<sup>8</sup> Embora o presente trabalho não busca analisar o nível doméstico, mas sim as interações dos Estados num âmbito internacional, o argumento de Matos ajuda a compreender como as estratégias internacionais atuam e se associam com o doméstico: “Reconhece-se que diferentes países ocupam distintas categorias de poder no sistema internacional. Essas categorias influenciam a dinâmica das relações mantidas bilateral e multilateralmente com os seus parceiros. De igual modo, esta tese valoriza pressupostos teóricos que informam que as decisões tomadas no nível internacional, sofrem os impactos do ordenamento político doméstico. Sobretudo, as preferências e os interesses dos atores envolvidos no processo decisório” (MATOS, 2017, p. 40). Nesse sentido, vale ressaltar que a dinâmica do doméstico e internacional se correlacionam, bem como afirma Putnam (1988) “At the international level, national governments seek to maximize their own ability to satisfy domestic pressures” (PUTNAM, 1988, p. 434).

que acarretaria no aprofundamento da especialização produtiva de alguns países conforme a hegemonia de um ou outro país no interior do mesmo processo (SEABRA, 2013, p. 198).

Desse modo, o presente trabalho associa os conceitos dependentistas, por meio de uma lógica capitalista e de cooperação que submete o Brasil numa posição subalterna ao Japão, tendo em vista que o primeiro é um país periférico, enquanto que o segundo possui caráter central. A cooperação Norte-Sul possui esse escopo de mantenedora da ordem, bem como os países do Norte permanecerem desenvolvidos em detrimento dos do Sul que se conservam subdesenvolvidos. Por mais que ambos continuam estabelecendo relações políticas e/ou econômicas no cenário internacional.

Considerando uma situação de dependência na análise do desenvolvimento, Lubaszewski (2015, p. 144) complementa com o seguinte perspectiva,

[...] a maneira pela qual as economias nacionais integrar-se-ão ao mercado mundial será definida pela forma como se dá a inter-relação dos grupos sociais internos a cada país e destes com os grupos externos. Para isso, requer-se encontrar onde o poder econômico expressa-se como dominação social e, portanto, política (LUBASZEWSKI, 2015, p. 144).

Considerando que os grupos dominantes da periferia reproduzem os valores e práticas dos do centro, ainda que detenham o poder, permanecem subalternos e à mercê dos interesses dos países desenvolvidos, tal qual afirma Prebisch (2011, p. 635): “[...] essa dinâmica só impulsiona o desenvolvimento periférico na medida em que diz respeito ao interesse dos grupos dominantes dos centros”. Assim sendo, a dinâmica dos centros influencia diretamente no desenvolvimento periférico, no caso latino-americano, tal estratégia da natureza centrípeta do capitalismo tendo a permanecer inferior,

Assim, no curso espontâneo do desenvolvimento, a periferia tende a ficar à margem desse processo de industrialização na evolução histórica do capitalismo. Mais que um desígnio de exclusão, esse fenômeno é consequência da atuação das leis do mercado no plano internacional. E mais tarde, quando a periferia se industrializa em consequências de crises internacionais, ela também tende a ficar excluída do volumoso intercâmbio industrial dos centros. A periferia teve que aprender a exportar produtos manufaturados, e o vem fazendo de maneira notável por seu próprio esforço, uma vez que as empresas transnacionais contribuíram muito mais para a internacionalização das formas de consumo do que para a internacionalização da produção mediante o intercâmbio com os centros (PREBISCH, 2011, p. 635-636).

A lógica capitalista, por sua vez, concebe esse quadro desigual e de difícil mudança da dinâmica interestatal, a julgar pelo ideal sistêmico de que para o país se desenvolver, outros se encontraram em disposição desigual. Dessa maneira, a estruturação do capitalismo se mantém e está vigente até na atualidade, ainda que o capitalismo periférico seja analisado e debatido por décadas. Prebisch (2011, p. 635) também afirma que tal desigualdade se origina

na concepção do sistema e se desenvolve de modo divergente das dinâmicas centrais. Segundo o autor, “o desenvolvimento periférico é parte integrante do sistema mundial do capitalismo, mas se desenvolve em condições muito diferentes das dos centros, daí surgindo a especificidade do capitalismo periférico”.

A cooperação internacional, por sua vez, é concebida nesta perspectiva como uma ferramenta de manutenção dessa ordem vigente, ou seja, embora tal elo garanta laços diplomáticos, políticos, econômicos e culturais, ocasionalmente acarreta a dependência dos países periféricos. Essa submissão, segundo Prebisch (2011, p. 636), ocorre porque “o interesse econômico dos grupos dominantes dos centros combina-se com interesses estratégicos, ideológicos e políticos que neles formam uma constelação de onde surgem fenômenos obstinados de dependência nas relações centro-periferia”.

Tais relações ocorrem de maneira a reproduzir as estruturas, os valores e as condutas de caráter do Norte, apesar das realidades socioeconômicas de países de centro e de periferia serem dissemelhantes, acarretando relações de interdependência no capitalismo periférico.

Afirma o autor:

[...] os centros propagaram e irradiam na periferia suas técnicas, suas formas de consumo e de vida, suas instituições, ideais e ideologias. O capitalismo periférico se inspira cada vez mais nos centros e tende a se desenvolver à sua imagem e semelhança. Esse desenvolvimento imitativo desdobra-se tardiamente numa estrutura social que apresenta disparidades significativas com a estrutura evoluída dos centros (PREBISCH, 2011, p. 637).

A grande desigualdade distributiva, no que diz respeito a discrepâncias socioeconômicas, é abordada como um desperdício para Prebisch (2011, p. 639) “A distribuição desigual da renda em favor das camadas superiores promove nelas a imitação das formas de consumo dos centros. A sociedade privilegiada de consumo que assim se desenvolve representa um desperdício considerável de potencial de acumulação de capital”. Nesse sentido, a acumulação de capital e serviços poderia decorrer de maneira mais igualitária e inclusiva na sociedade, porém, ocorre de modo totalmente desigual, favorecendo determinada parcela da sociedade, ocasionando desproporção socioeconômica aos demais.

Considerando essa desigualdade distributiva, vale ressaltar a deterioração dos termos de troca que ocorre numa escala internacional, cujo progresso técnico e a acumulação de capital ocorre de maneira significativamente maior nos países de centro, em detrimento da periferia, acarretando uma desvantagem técnica e econômica para os países subalternos no sistema internacional. Os termos de troca, por sua vez, foram concebidos a partir da

interpretação do economista argentino Raul Prebisch<sup>9</sup>, um dos economicistas da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL)<sup>10</sup>, tendo por objetivo analisar o subdesenvolvimento da América Latina e a dependência do continente, enquanto primário-exportador perante aos países desenvolvidos. Segundo Colistete (2001):

O ritmo de incorporação do progresso técnico e o aumento de produtividade seriam significativamente maiores nas economias industriais (centro) do que nas economias especializadas em produtos primários (periferia), o que levaria por si só a uma diferenciação secular da renda favorável às primeiras. Além disso, os preços de exportação dos produtos primários tenderiam a apresentar uma evolução desfavorável frente à dos bens manufaturados produzidos pelos países industrializados. Como resultado, haveria uma tendência à deterioração dos termos de troca que afetaria negativamente os países latino-americanos através da transferência dos ganhos de produtividade no setor primário-exportador para os países industrializados (COLISTETE, 2001, p. 23).

Desse modo, nos países latino-americanos, verifica-se uma deterioração da economia, dos termos de troca, do progresso tecnológico, como fator estrutural do sistema capitalista, no qual a dinâmica de desenvolvimento dos países do centro ocorre em detrimento dos países da periferia, ocasionando um ciclo de dependência e subalternação nas disposições dos países no sistema internacional. Ao analisar essa deterioração dos termos de troca, ou também chamada de deterioração dos termos de intercâmbio, a interpretação da dependência ocorre de modo que os países subalternos têm que produzir muito mais com propósito de alcançar os níveis de acumulação de capital, bem como progresso técnico e desenvolvimento dos países centrais.

Isto posto, a exportação de *commodities* e matéria-prima, por parte dos países periféricos, para os países desenvolvidos, não é economicamente vantajosa, a julgar pela importação de manufaturados exportados dos países centrais, detendo alto valor agregado, para os países subalternos. Logo, esse elo econômico não garante a equidade de vantagens aos países subdesenvolvidos. Numa escala internacional, portanto, os países periféricos estão à mercê do capital, da tecnologia e dos termos de troca dos países desenvolvidos, ocasionando

---

<sup>9</sup> Uma explicação dos termos de troca e a dependência dos países periféricos conforme Prebisch (1986, p. 02) na Revista Cepal: [...] es sobre cómo se distribuyen los ingresos y cómo se distribuyen los frutos del progreso técnico en países con estructuras económicas y sociales diferentes. Los precios de los productos de exportación del centro y la periferia se construyen en base a niveles salariales muy dispares, generando altos niveles de desigualdad y bajos salarios en la periferia. Otro componente es que los bienes primarios muestran una baja elasticidad-ingreso de la demanda, es decir, la demanda por este tipo de bienes aumenta, en el margen, menos que el ingreso. Esto llevaría a que los países en desarrollo enfrenten una creciente competencia entre sí por los mercados, que se resolvería por la vía de la reducción de precios, lo que se hace posible no solamente por el aumento de la productividad, sino por la dificultad para apropiarse domésticamente de esos aumentos de productividad mediante el aumento de salarios y la captación por parte del Estado. Disponível em <<https://biblioguias.cepal.org/portalprebisch/SXXI/TerminosIntercambio>>.

<sup>10</sup> Órgão criado a partir da ECOSOC (agência da ONU destinada a promover o desenvolvimento econômico das regiões consideradas subdesenvolvidas) entre a década de 50 e início da década de 60.

na América Latina, a heterogeneidade econômica, baixa produtividade, salários reduzidos e instabilidade dos preços de bens primários (COLISTESTE, 2001, p. 23).

Outro fator que também é característico de tal problemática estrutural é a tendência excludente do sistema, que é observado principalmente na cooperação internacional com os países do Sul, sendo próprio desses países a exportação primária, ou seja, matérias primas e/ou *commodities*. Sendo esses países produtores primários no âmbito internacional, dependem do desenvolvimento advindo dos países centrais. Todavia, ainda assim podem estabelecer vínculos econômicos, políticos e diplomáticos a fim de manter a ordem, entendida como uma harmonia internacional no ambiente anárquico, além de almejar o progresso técnico e econômico entre as nações, ainda que essas relações internacionais perpetuem a lógica da dinâmica hierárquica e excludente do capitalismo.

Conforme o objetivo desse artigo em analisar a cooperação técnica do Japão e o Brasil por meio de um acordo de desenvolvimento dos cerrados brasileiros (PRODECER)<sup>11</sup>. Pretende-se interpretar, deste modo, o PRODECER como uma estratégica maneira de garantir a produção brasileira e, de alguma forma, sustentar o desenvolvimento nipônico, enquanto que o Brasil se mantém periférico e exportador primário no sistema internacional, haja vista que os países do centro, bem como a própria estrutura sistêmica, impedem o desenvolvimento, o progresso técnico e a acumulação de capital dos países subdesenvolvidos. De acordo com o economista Prebisch (2011):

Na agricultura prevalecem as citadas camadas inferiores e, como a demanda de bens agrícolas quase não se diversifica, a mão-de-obra tende a se deslocar para outras atividades. Contudo, dada a insuficiência absorvente do sistema, dá-se um grave fenômeno de excesso de mão de obra que explica a deterioração relativa da remuneração da força de trabalho na agricultura. Enquanto perdura essa insuficiência absorvente, o processo técnico da agricultura não tem a virtude de elevar as remunerações e corrigir sua deterioração relativa. Tende, antes, a prejudicar a relação dos preços, quando a produção ultrapassa a demanda. É essa a tendência que costuma se apresentar, principalmente nas exportações agrícolas, e que leva a frear a expressão delas, em prejuízo do desenvolvimento (PREBISCH, 2011, p. 639).

Destarte, na abordagem de Cardoso e Faletto (2004, p. 43-44) a questão do subdesenvolvimento na América Latina é discorrida de maneira a apresentar a complexa dinâmica social que perpassa a conjuntura histórica latino-americana, sendo um argumento que ajuda a compreender como se sucedeu tal realidade vigente e desigual, principalmente pela herança colonial que conduziu esse caráter inferior. Argumentam os autores,

---

<sup>11</sup> Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER. Para mais informações, acessar o site da CAMPO, disponível em <<http://www.campo.com.br/proceder/>>.

Com efeito, se nas situações de dependência colonial é possível afirmar com propriedade que a história – e, por conseguinte, a mudança – aparece como reflexo do que se passa na metrópole, nas situações de dependência das “nações subdesenvolvidas” a dinâmica social é mais complexa. Neste último caso há desde o começo uma dupla vinculação do processo histórico que cria uma “situação de ambiguidade”, ou seja, uma nova contradição. Desde o momento em que se coloca como objetivo instaurar uma nação – como no caso das lutas anticolonialistas –, o centro político da ação das forças sociais tenta ganhar certa autonomia ao sobrepor-se à situação do mercado; as vinculações econômicas, entretanto, continuaram sendo definidas objetivamente em função do mercado externo e limitam as possibilidades de decisão e ação autônomas. Nisso radica, talvez o núcleo da problemática sociológica do processo nacional de desenvolvimento na América Latina (CARDOSO; FALETTO, 2004, p. 43-44).

Considerando o argumento de ambos os autores, a interpretação se dá por meio de uma dinâmica internacional desfavorável aos países de cunho periférico, tendo em consideração que o capitalismo fomenta hierarquias, seja no âmbito doméstico com as diferentes classes sociais, como também na esfera internacional, com países em diferentes níveis de desenvolvimento atuando no mesmo mercado. Além de estabelecerem política externa e elos econômicos que, na interpretação da perspectiva dependentista, atuam como mantenedores da ordem e, conseqüentemente, as discrepâncias socioeconômicas entre os países, apesar do discurso desenvolvimentista e de ganhos mútuos das cooperações.

Sob tal perspectiva, “[...] no plano político-social existe algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que essa dependência teve início historicamente com a expansão das economias dos países capitalistas originários” (CARDOSO; FALETTO, 2004, p. 39). O imperialismo como forma de dominação dos países de centro sobre os países periféricos, é abordado por tais autores como orientador do âmbito econômico, social e político da América Latina, principalmente porque as decisões são tomadas conformes os interesses dos países de centro, muito embora o colonialismo não exista, por vias legais, ele ocorre de maneira institucional e econômica:

A dependência da situação de subdesenvolvimento implica socialmente uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou como consumidores. Essa situação supõe nos casos extremos que as decisões que afetam a produção ou o consumo de uma economia dada são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas. As economias baseadas em enclaves coloniais constituem o exemplo típico dessa situação extrema (CARDOSO; FALETTO, 2004, p. 39).

Nesse sentido, os países latino-americanos, como países de bases agrárias, permanecem dependentes dos países colonizadores, isto é, os de cunho devolvido, para atuar no cenário internacional e também desenvolverem a indústria nacional, tendo em vista que as exportações são um incentivo para o crescimento da economia, porém os produtos de valor agregado, importados por tais países periféricos, evidenciam uma situação de dependência

econômica. Desse modo, afirmam os autores que tal dependência influencia na atuação das relações estruturais mantenedoras da ordem sistêmica,

A dependência encontra assim não só “expressão” interna, mas também seu verdadeiro caráter como modo determinado de relações estruturais: um tipo específico de relação entre as classes e grupos que implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a vinculação econômica com o exterior. Nessa perspectiva, a análise da dependência significa que não se deve considerá-la como uma ‘variável externa’, mas que é possível analisá-la a partir de uma configuração do sistema de relações entre as diferentes classes sociais no âmbito mesmo das nações dependentes (CARDOSO; FALETTO, 2004, p. 44).

Fica claro, portanto, que a dependência é um fator que perpassa o cenário social, político e econômico dos países de caráter subdesenvolvido no sistema internacional. Tal problemática oriunda desde os primórdios do capitalismo, perpetua-se na atualidade, cujos países do centro ainda submetem o desenvolvimento e o progresso de países periféricos, bem como ocorria no imperialismo e nas colônias europeias no mundo todo. Dessa maneira, o imperialismo<sup>12</sup> adquire uma nova identidade, abordada pela interpretação dos conceitos da Teoria da Dependência, como fator que submete os países a um *status quo* internacional.

Apesar do advento de novas dinâmicas e estratégias de atuação internacional, da mesma maneira a cooperação, tal realidade não se modifica. Enquanto, na verdade, apresenta fatores de aprimoramento e sofisticação econômicas e/ou sociais, contudo, não proporciona uma mudança estrutural que favoreça os países de maneira equivalente, ou mesmo que proporcione um desenvolvimento livre de dependência excludente.

No caso da cooperação Brasil-Japão, abordada pelo presente trabalho, a estratégia internacional, apesar de conter elementos que beneficiem ambos os países<sup>13</sup>, mantém a dependência econômica do Brasil ante a nação nipônica. Haja vista que o Brasil não compreende um desenvolvimento autônomo, mas apresenta aspectos tecnológicos que garante o país como fornecedor de *commodities* e, posteriormente, importador de produtos manufaturados nipônicos. Essa estrutura internacional constrange o país a permanecer subdesenvolvido e exportador de matérias-primas, enquanto que o Japão, mesmo que invista na infraestrutura e desenvolvimento dos cerrados brasileiros, não permite o crescimento autônomo do Brasil.

<sup>12</sup> Um processo social parasitário, através do qual interesses econômicos existentes no interior do Estado, usurpando as rédeas do governo, promovem a expansão imperialista para explorar economicamente outros povos, de modo a extorquir-lhes a riqueza para alimentar o luxo nacional (Hobson *apud* Hunt, 1982, p. 379).

<sup>13</sup> As decisões logísticas determinaram os sentidos da fronteira, mas a cooperação técnica e financeira estabelecida entre Brasil e Japão, baseada no princípio de reciprocidade, ou seja, na ideia de que o Japão carece de recursos naturais, e o Brasil, rico desses recursos, porém deficiente em recursos financeiros e em tecnologia, sustentou as bases de seu desenvolvimento econômico (INOCÊNCIO, 2010, p. 166).

Este capítulo reconstruiu os conceitos e abordagens que informam teoricamente esta pesquisa, no intuito de compreender a cooperação internacional entre o Japão e o Brasil, além de analisar se tal elo fomenta a dependência econômica brasileira ante a nação nipônica. Ademais, os conceitos se interligam no intuito de acarretar uma lógica teórica da ordem internacional vigente e considerar como ela é desigual, do mesmo jeito que tende a permanecer dessa maneira. Embora a cooperação conceba a ideia de benefício mútuo para ambos os contribuintes, tal lógica estrutural sustenta as discrepâncias econômicas, sociais e políticas entre as nações no âmbito internacional.

No próximo capítulo, a conjuntura histórica da relação nipo-brasileira será contextualizada a fim de compreender como tais países se relacionam, bem como os acordos estabelecidos entre eles, mas especificamente a partir do projeto PRODECER<sup>14</sup> que desenvolve os cerrados brasileiros, no intuito de posteriormente garantir que o país continue exportando matérias-primas para o Japão. Logo, a estratégica relação internacional estabelecida entre ambos os países, em conjunto com os argumentos teóricos citados, assegura a posição periférica e dependente do Brasil ante ao Japão, enquanto país detentor da tecnologia, desenvolvimento, meios de produção e capital.

---

<sup>14</sup> Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados.

## 2. CONSTRUÇÃO DO ELO SOCIOECONÔMICO NIPO-BRASILEIRO

*“A situação de subdesenvolvimento se produziu historicamente quando a expansão do capitalismo comercial e a seguir industrial vinculou a um mesmo mercado economias que, além de apresentar graus diversos de diferenciação do aparelho produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista.”*

*Fernando Henrique Cardoso; Enzo Faletto<sup>15</sup>*

Neste capítulo, a conjunta histórica da relação Brasil-Japão é abordada no intuito de contextualizar os fatos históricos da pesquisa, bem como se iniciou tal elo socioeconômico, perpassando acordos e tratados que, posteriormente, acarretariam no projeto de desenvolvimento dos cerrados (PRODECER). Dado o recorte temporal do governo Lula (2002-2010), tal parte do trabalho, portanto, analisa desde o começo<sup>16</sup> das relações nipo-brasileiras, até o ano de 2010, compreendendo elementos de balança comercial, investimentos estrangeiros diretos, o projeto PRODECER, além de fatores políticos e econômicos que perpassaram tal elo durante o decorrer de mais de um século de cordialidade entre ambos os países.

À luz de tal contexto histórico, vale ressaltar que embora os países estabeleçam estratégias de política externa que conciliam interesses de ambos, a ordem estrutural capitalista vigente fomenta uma relação hierárquica no sistema internacional, a priori citado no capítulo anterior, no qual a Teoria Sistema-Mundo discorre sobre a divisão internacional entre países de escopo central e periférico. Logo, apesar de ambos os países manterem relações amistosas, o discurso desenvolvimentista da cooperação, no entanto, mantém a ordem sistêmica, na qual o Brasil é subalterno em relação ao Japão e tende a permanecer dessa forma, ocasionando uma relação de dependência econômica, evidenciada pela exportação de matérias-primas e importação de manufaturados com alto valor agregado. Portanto, apesar dos investimentos nipônicos no Brasil, bem como uma balança comercial geralmente favorável para a economia brasileira, o *status quo* internacional permanece com

---

<sup>15</sup> CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. *Dependencia y desarrollo en América Latina*. México: Siglo XXI Editores, 1969, p. 23.

<sup>16</sup> Pode não ser o começo das relações entre ambos, no entanto, é o marco indicado pela literatura e pelo MRE como início das relações entre ambos os países. Para mais detalhes, acessar o site do MRE com as devidas informações e conjuntura histórica da relação Brasil-Japão. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5284-japao>>.

relações hierárquicas e desiguais, propiciando a dependência de países periféricos ante aos países centrais.

O processo histórico que compreende a relação entre o Brasil e o Japão perpassa mais de um século de existência, a considerar que os primeiros imigrantes nipônicos chegaram ao Brasil em 1908, almejando melhores condições de vida e trabalho nas lavouras de café, principalmente no oeste do estado de São Paulo. Tendo em vista que na época, a nação japonesa apresentava um alto crescimento populacional, cujo país não conseguiria englobar, tendo a mão-de-obra internacional e/ou imigrações como ferramentas para solucionar a problemática à época (KISHIMOTO; DEMARTINI, 2012, p. 242).

Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores<sup>17</sup>, o primeiro acordo celebrado entre ambos os países foi o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação<sup>18</sup>, em 1895, embora o Japão estivesse retido e isolado nacionalmente por quase três séculos pela dinastia Shogunato, as respectivas representações diplomáticas se iniciaram em 1897, já na dinastia Meiji<sup>19</sup>. Dessa forma, ambos os países firmaram relações diplomáticas num cenário benéfico, pois o Brasil demandava por mão-de-obra principalmente no ramo agrícola, enquanto que os japoneses ambicionavam por emprego e moradia. Bem como ressalta Yamamura (1996, p. 145):

De um lado, estava um Japão que precisava solucionar seu crucial problema demográfico para manter seu projeto nacional de modernização e prosperidade, cujo sucesso permitiria enfrentar o gigantesco desafio de competir com as potências imperialistas do mundo ocidental. De outro lado, estava um Brasil que, tendo passado por grandes transformações políticas internas, precisava solucionar seu crucial problema de carência de mão-de-obra nas lavouras, bem como buscar novos mercados para a exportação cafeeira (YAMAMURA, 1996, p. 145).

No decorrer de tal elo diplomático, fatores internos e externos influenciaram para o distanciamento e aproximação desses países, sendo eles as guerras mundiais, crises internas, globalização<sup>20</sup>, inserção internacional, dentre outros<sup>21</sup>. Todavia, esta pesquisa visa

---

<sup>17</sup> Itamaraty.

<sup>18</sup> Para maiores informações < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5284-japao>>.

<sup>19</sup> Uma das mais importantes dinastias do país, pode ser encontrada juntamente ao Shogunato nipônico, compreendida na apreciação crítica da obra de Aluízio de Azevedo <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v9n2/v09n2a05.pdf>>.

<sup>20</sup> A compreensão do contexto geopolítico internacional é importante para explicar a inserção do Cerrado ao circuito produtivo capitalista do século XX, mas não se deve esquecer que as condições conjunturais mundiais foram criadas por situações nacionais de diferentes países democráticos. E no contexto analisado, a conjuntura geopolítica nacional dos Estados Unidos e Japão foram o marco para que o Brasil cedesse outros espaços para a ação do capital. A geopolítica, a geoestratégia e o território ressurgem para explicar a política internacional (INOCÊNCIO, 2010, p. 124).

analisar as relações internacionais entre ambos os países, julgando pelas importações e exportações segundo a lente da Teoria da Dependência, no intuito de compreender como o tal vínculo político e econômico fomenta uma relação de dependência do Brasil ante ao Japão. Ademais, o presente trabalho versa sobre o interesse nipônico em potencializar os cerrados brasileiros por meio do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), no intuito de perpetuar as exportações de *commodities* brasileiras, haja vista que tal característica perpetua o *status quo* internacional e não contempla o ideal de mudança que o desenvolvimento acarreta. Outrossim, a autora Inocêncio (2010, p. 166) afirma que,

Esse acordo técnico atendia, principalmente, à perspectiva japonesa de encontrar áreas capazes de sustentar o fornecimento de alimentos no mercado mundial e assim equilibrar a balança comercial em seu favor, tendo em vista a grande dependência do mercado externo (INOCÊNCIO, 2010, p. 166).

Embora toda a conjuntura histórica seja de extrema relevância, o recorte temporal é necessário a fim de compreender melhor a proposta da pesquisa. Isto posto, o trabalho inicia com o contexto histórico na década de 1950, cuja a aproximação nipo-brasileira<sup>22</sup> decorreu de fato e, posteriormente os tratados e acordos de cooperação, tendo o governo Lula (2003-2011) como marco temporal, analisando os resultados de tal elo econômico bilateral.

A Marcha para o Oeste<sup>23</sup>, motivada por ideais desenvolvimentistas, teve por objetivo ampliar o desenvolvimento na região do Oeste, ou de cerrados, no Brasil. Ainda que esta política tenha se iniciado na *Era Vargas* (1930-1945), ela também foi adotada no governo Kubitschek (1956-1961), momento político este que é perpassado pelo nacional-desenvolvimento, além de compreender o período que previa um projeto político de ampla colaboração do capital estrangeiro<sup>24</sup>, fator que colaborou para uma conjuntura internacional

---

<sup>21</sup> O Japão se coloca como importante aliado no comércio exterior brasileiro, à medida que assume, entre 1950 até 1980, o papel de um dos maiores investidores no Brasil (UEHARA, 1999), colocando-se, a partir de 1960, como o segundo mercado individual para as exportações brasileiras e terceiro maior investidor externo no Brasil” (OLIVEIRA; MASIERO, 2005, p. 13).

<sup>22</sup> O pouco interesse dos Estados Unidos em ampliar seus intercâmbios comerciais com países da América Latina, exceto o México, pressionou o Brasil a buscar um maior relacionamento com outros países. Nesse cenário ocorre a ampliação de um relacionamento comercial/político mais intenso com alguns países da Ásia, em especial China e Japão. Essas iniciativas se apresentaram fortemente vinculadas ao poder estatal (INOCÊNCIO, 2010, p. 124).

<sup>23</sup> Para mais informações sobre tal era e a denominada *Marcha para o Oeste*, acessar artigo do curso de História da Universidade de Brasília, que versa sobre o tema mais detalhadamente, disponível em <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/15448/1/2016\\_MateusEurichArrais\\_tcc.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/15448/1/2016_MateusEurichArrais_tcc.pdf)>.

<sup>24</sup> “A aceleração do progresso econômico das nações que, como a nossa, emergem do estágio do subdesenvolvimento, depende, em grande parte, da cooperação internacional, da intensificação dos contatos de toda a ordem, do harmonioso intercâmbio comercial, da canalização de um maior fluxo de investimentos estrangeiros e do incremento da assistência técnica, do aumento do valor e do volume das exportações [...]”

favorável e, conseqüentemente, o estreitamento de laços nipo-brasileiros (CERVO, 2015, p. 309-310). Dessa maneira, a cooperação internacional entre ambos os países se inicia na administração de Kubitschek, tal como Oliveira (2005) afirma,

No que se refere à cooperação Brasil-Japão, constata-se que ela iniciou no governo Juscelino Kubitschek na década de 1950, momento em que o Japão estava focando sua política externa para a cooperação internacional, e o Estado brasileiro estava preocupado com o desenvolvimento em um período de dificuldade de captação de recursos estadunidenses (OLIVEIRA, 2005).

Dessa forma, outros fatores influenciaram a aproximação de ambos os países, segundo dados da Embaixada do Japão no Brasil<sup>25</sup>, no período Kubitschek foi fundado o Centro de Imigração de Yokohama e, posteriormente no ano de 1958 a conclusão da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (USIMINAS), enquanto que nos anos de 1960 e 1961, respectivamente foram assinados dois acordos, sendo o Acordo de Imigração e Colonização Japão-Brasil e o Acordo Cultural Japão-Brasil. Outra característica marcante de tal administração é o Plano de Metas, no qual o processo de aceleração industrial encontrou viabilidade na entrada de capitais europeus e japoneses (FGV, 2001). Quase ao término de seu mandato, Juscelino visita a nação nipônica, consolidando ainda mais os laços diplomáticos, políticos e também econômicos entre ambos os países.

Desde a década de 1930, o Brasil vem construindo uma estratégia de ocupação e (re) ordenação da economia e da sociedade, na busca de um país mais articulado à conjuntura mundial, portanto, primando-se pela integração ao sistema global de produção. O caminho foi se delineando ao longo do projeto de JK, Plano de Metas, que assentou o conjunto de elementos infraestruturantes que sustentaram a subsequente captura do território do Cerrado pelo capital externo (INOCÊNCIO, 2010, p. 239).

Ainda na década de 1960, com o governo de Artur da Costa e Silva, o representante brasileiro realiza uma visita presidencial ao Japão, onde na capital Tóquio assinou o Tratado de Imposto Brasil-Japão<sup>26</sup>, fortalecendo as relações econômicas e tributárias entre ambos os países e a partir de então, as empresas japonesas começaram a investir no Brasil. O teor significativo de visitas presidenciais é evidente na relação entre os países, a julgar pelas visitas de representantes japoneses em solo brasileiro, como em 1967, no qual ocorreu a vinda do Príncipe Herdeiro Akihito e da Princesa Michiko ao Brasil. Posteriormente, o primeiro

---

Discurso de Juscelino Kubitschek de Oliveira contido na obra de Cervo (2015, 310).

<sup>25</sup> Para mais detalhes desses acontecimentos, acessar o site da Embaixada do Japão no Brasil, disponível em <[http://www.br.emb-japan.go.jp/itpr\\_pt/120historia\\_3\\_pt.html](http://www.br.emb-japan.go.jp/itpr_pt/120historia_3_pt.html)>.

<sup>26</sup> Para mais detalhes de tal decreto, acessar o site da Receita Federal, disponível em <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/acesso-rapido/legislacao/acordos-internacionais/acordos-para-evitar-a-dupla-tributacao/japao/decreto-no-61-899-de-14-de-dezembro-de-1967>>.

*nikkei*<sup>27</sup> assume o cargo de ministro no Ministério da Indústria e Comércio, denominado Fábio Yassuda, demonstrando a representatividade nipônica no Brasil.

Na década de 1970, conforme dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), foi assinado o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Japão, aproximando as relações entre tais países, segundo Uehara (1999), “A década de 1970 representou a elevação das interações entre os dois Estados, impulsionada pelo crescimento da economia japonesa [...]”. Na mesma época o Japão perpassava problemáticas internas que facilitaram a aproximarem com o Brasil, haja vista que tinha interesses nas exportações brasileiras, além do desequilíbrio internacional oriundo da crise do petróleo na década de 1970. De acordo com informações da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA),

As trocas de conhecimento em áreas da agricultura e mineração deram o tom da cooperação até a década de 1970. Na década de 1970, o Japão passou por problemas climáticos e pela crise do petróleo, dificultando as exportações e repercutindo na preocupação com o meio internacional, reforçando laços cooperativos com o Brasil junto a projetos nacionais brasileiros (JICA, 2009).

Nessa mesma década de 1970 a ABC instaurou atividades no Brasil, fomentando as cooperações brasileiras com os demais países do sistema internacional, diversificando as parcerias internacionais do país, tendo em vista o ideal desenvolvimentista proveniente da inserção internacional. Nesse sentido, Leite e Dantas (2013, p. 15) afirmam que:

Assim, visualizam-se projetos de cooperação técnica desenvolvidos na década de 1970, devido ao interesse brasileiro em buscar o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, a diversificação de suas relações externas, como se observa no projeto de desenvolvimento do cerrado ocorrido no governo Geisel (LEITE; DANTAS, 2013, p. 15).

Vale ressaltar, que na década de 1970, no intuito de prosperar o ambiente de negócios entre Brasil e Japão, ambos os países criam o Comitê de Cooperação Econômica Brasil Japão (CCE), no ano de 1974, conforme dados do Itamaraty<sup>28</sup>. O CCE estabelece um diálogo empresarial no setor privado entre ambos os países, tendo a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) representando o Brasil e a nação nipônica evidenciada pela Federação Empresarial do Japão (Keidanren). Dessa maneira, o CCE amplia o fluxo de comércio entre ambos os países e estabelece oportunidades de comércio, inovação e investimentos, consolidando ainda mais a relação bilateral Brasil-Japão.

---

<sup>27</sup> É uma denominação em língua japonesa para os descendentes de japoneses nascidos fora do Japão ou para japoneses que vivem regularmente no exterior.

<sup>28</sup> A cronologia das relações bilaterais Brasil-Japão está disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5284-japao>>.

Não há dúvidas de que a década de 1970, ainda que sobre o repugnante período brasileiro de ditadura militar, no que diz respeito as relações nipo-brasileiras, essas se consolidaram ainda mais. No setor econômico, por exemplo, ocorreu a abertura da primeira agência japonesa do Banco do Brasil em Tóquio, além da vinda de mais imigrantes nipônicos para solo brasileiro, conforme dados da própria embaixada do Japão no Brasil. A posteriori, no ano de 1974 o primeiro ministro japonês, Kakuei Tanaka, visita o Brasil no intuito de inspecionar o cerrado brasileiro<sup>29</sup>, demonstrando desde já os interesses nipônicos em tais solos, principalmente numa região que não demandava desenvolvimento e infraestrutura suficiente, dando oportunidade para o que, no futuro, viria ser um programa estrategicamente articulado com os interesses de ambos os países em desenvolver a região de cerrados brasileiros.

De acordo com dados da embaixada do Japão no Brasil<sup>30</sup>, no ano de 1976 o vigente governante da época, Ernesto Geisel, visita a nação nipônica a fim de estreitar ainda mais os laços diplomáticos, além de reconhecer o PRODECER como um projeto nacional brasileiro, devido a intenção de aprimorar tal região de cerrados brasileiros. Ademais, nesse mesmo ano, os investimentos japoneses dão início ao auxílio do desenvolvimento dessa região do Brasil, tendo em vista que a Agência de Cooperação Tecnológica do Japão também contribuiu para tais investimentos interessados nipônicos no progresso dos cerrados.

Desse modo, o PRODECER<sup>31</sup> iniciado em 1978, é um importante projeto para compreender como a lógica da dependência atua no sistema internacional, pois a ambição por desenvolvimento brasileiro e a preocupação nipônica em manter parceiros internacionais num cenário não favorável, ocasionou a aproximação de ambos os países. Logo, a ideia de desenvolvimento advinda da cooperação internacional, não favorece o Brasil, de fato, haja vista que ao investir nos cerrados brasileiros, o Japão promove a garantia de exportação de matérias-primas brasileiras, fator este que ajuda a manter a economia e o desenvolvimento nipônico, enquanto que o Brasil prossegue como subalterno e exportador de *commodities*, característico de país periférico. Dessa forma, “[...] a verdadeira razão da escolha do Cerrado como lócus de produção agrícola foi atender ao mercado internacional, pois a soja é uma

---

<sup>29</sup> Conforme dados da Embaixada do Japão no Brasil, disponíveis em <[http://www.br.emb-japan.go.jp/itpr\\_pt/120historia\\_3\\_pt.html](http://www.br.emb-japan.go.jp/itpr_pt/120historia_3_pt.html)>.

<sup>30</sup> Dados sobre a conjuntura histórica nipo-brasileira disponíveis em <[http://www.br.emb-japan.go.jp/itpr\\_pt/120historia\\_3\\_pt.html](http://www.br.emb-japan.go.jp/itpr_pt/120historia_3_pt.html)>.

<sup>31</sup> Conforme dados do Itamaraty, disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5284-japao>>.

commodity e favoreceria o desenvolvimento do agronegócio em longo prazo” (PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014, p. 08).

Isto posto, tal projeto de cooperação econômica bilateral Brasil-Japão, PRODECER, segundo a autora Inocêncio (2010) cumpriu três papéis importantes no processo de territorialização do capital no Cerrado:

Primeiro teve como objetivo o desenvolvimento da fronteira agrícola no território do Cerrado, abrangendo extensas áreas. Segundo, buscou aumentar a oferta internacional de alimentos, através da exportação de produtos agrícolas, com repercussão a nível mundial. E terceiro, teve longa duração, tendo desenvolvido estratégias próprias de incorporação do campo brasileiro ao circuito produtivo capitalista mundial (INOCÊNCIO, 2010, p. 86).

A autora também afirma que o PRODECER, devido ao seu grande porte, é considerado um *big push* (grande empurrão) dos cerrados, logo, contribuiu significativamente para a demonstração da capacidade de produção agrícola das áreas de cerrado, tornando-as polos de desenvolvimento e potencializando a formação de novas regiões de produção agrícola. Tal dinâmica da ordem capitalista, associa os interesses de ambos os países, porém a disposição do Brasil enquanto exportador de matérias-primas, favorece a característica periférica brasileira, sendo considerado um provedor de alimentos para o mercado externo e, contribuindo para a inclusão do Brasil na ordem capitalista, ainda que permanecendo numa posição desfavorável em relação ao Japão. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e também a Agência de Cooperação Internacional do Japão:

O PRODECER foi um programa baseado na complementaridade da cooperação econômica e reciprocidade de interesses mútuos entre o Brasil e Japão. De um lado, o Brasil recebia investimentos japoneses destinados a financiar a pesquisa agropecuária; e de outro, o Japão se beneficiava da maior oferta de soja no mercado internacional. Todo esse esquema fez com que o Cerrado se colocasse como lócus para que a ação territorializante do capital se concretizasse e produzisse os frutos necessários à sua expansão (BRASIL, 2002).

No que diz respeito a abrangência do projeto, no decorrer de mais de 20 anos de existência induzindo ao desenvolvimento aproximadamente 345 mil hectares de Cerrado, o PRODECER se distribuiu em três fases<sup>32</sup>, tendo o término da terceira fase em 2001. Ademais, duas *holdings* foram criadas a fim de sustentar o projeto<sup>33</sup> e, portanto, garantir as fases de

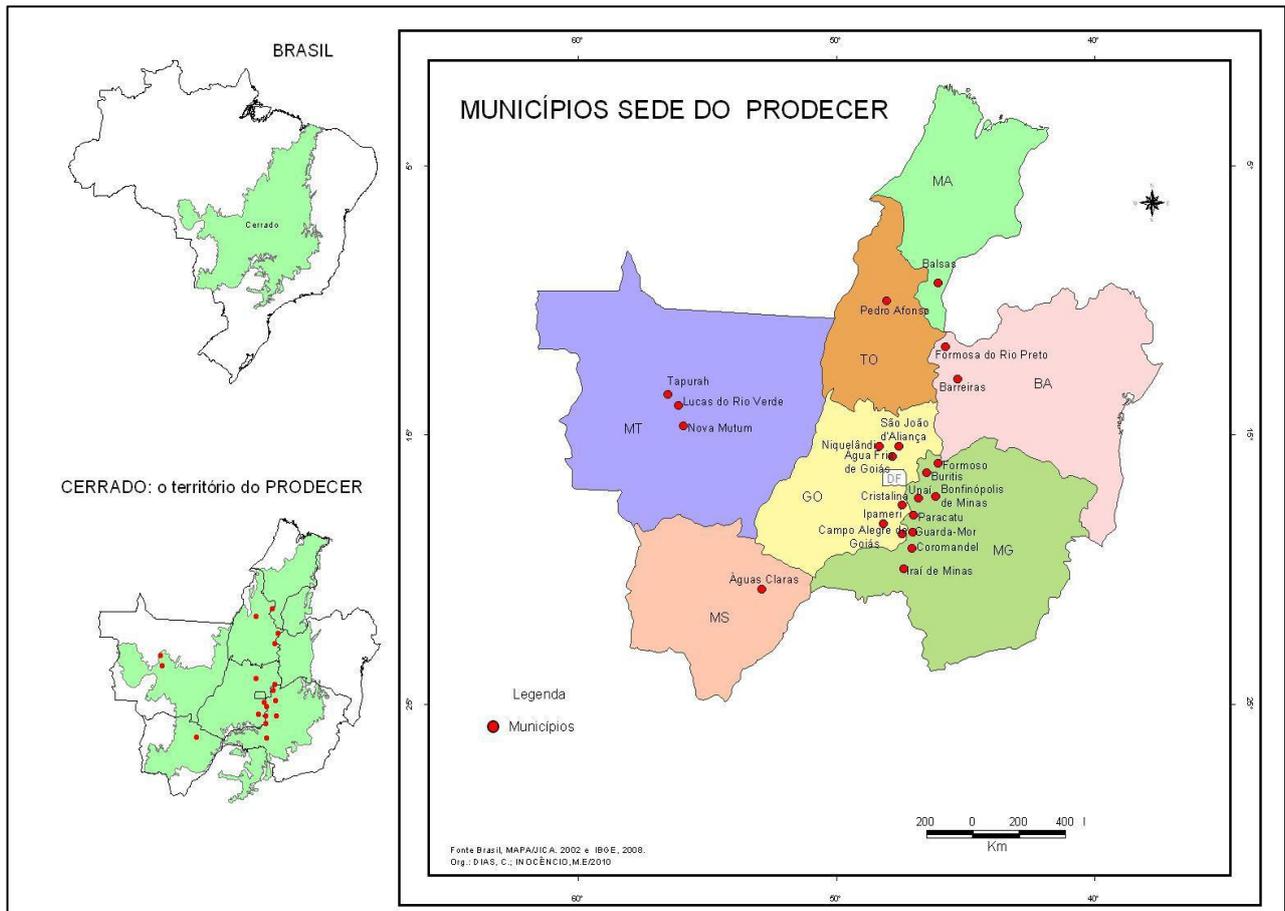
---

<sup>32</sup> Área média dos lotes é de 400 ha no PRODECER Piloto I; 410 ha no PRODECER Piloto II e 350 ha no PRODECER Expansão. No PRODECER III, como já sabiam a rentabilidade das terras, a área média de cada lote foi um pouco mais que o dobro das fases anteriores, com mil hectares. (BRASIL, 2002, p.3-26).

<sup>33</sup> A holding brasileira ficou assim constituída: Banco do Brasil, BB; IBRASA (Subsidiária do BNDE); Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais; Companhia Vale do Rio Doce e de um banco privado. Já a holding japonesa foi formada pela JICA e bancos privados japoneses, entre eles o “*Long Term Credit Bank of Japan* e o *Banco Mitsui*.” Os recursos foram administrados pelo Banco Central, que assumiu o risco cambial e fez os repasses

produção, comercialização e industrialização da área citada, tais *holding* associam os capitais governamentais por meio de agências oficiais, transferência de capitais públicos e privados de ambos os países (ÁREA, 1975). O Mapa 01 e a Figura 01 ajudam a compreender as áreas de atuação do PRODECER e o esboço das *holding* em financiar e gerenciar os recursos<sup>34</sup> provindos para o projeto, respectivamente.

### MAPA 01 – BRASIL: TERRITÓRIO DO PRODECER NO CERRADO



Fonte: INOCÊNCIO, 2010, p. 88.

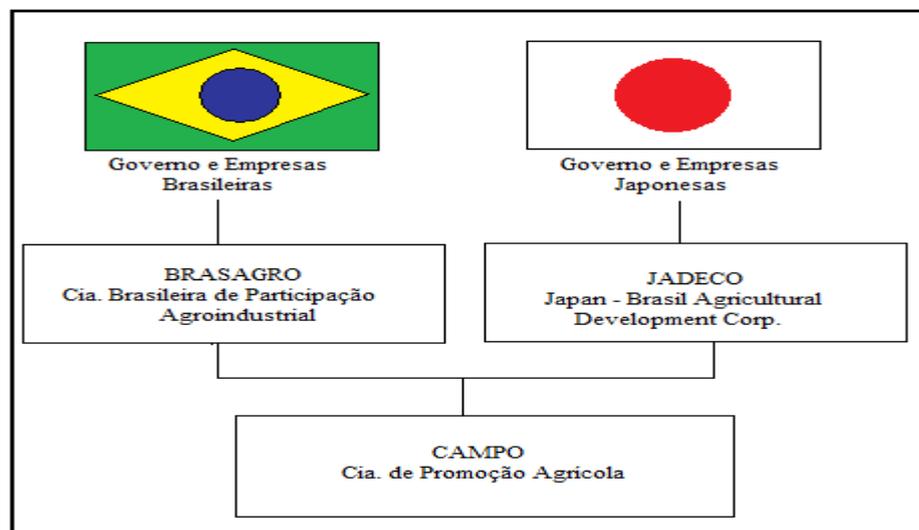
Dessa maneira, é possível compreender a abrangência do PRODECER na região central do Brasil, evidenciando os municípios participantes, bem como as regiões principais

segundo a determinação do Conselho Monetário Nacional para o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, agente financeiro da primeira fase do PRODECER (INOCÊNCIO, 2010, p. 90).

<sup>34</sup> Nos PRODECER I e II, o Banco Central foi o tomador do empréstimo japonês por meio da JICA; já no PRODECER III o órgão intermediário foi o Ministério da Fazenda e os recursos também vieram da JICA. Os recursos do PRODECER II eram administrados na conta da Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Agropecuário e Florestal da Amazônia, FUNAGRI, transferida do Banco Central para o Ministério da Fazenda. Para o PRODECER III ficou acertado que se criaria, dentro do orçamento do Ministério da Fazenda, as contas PRODECER III – Projeto Piloto, e ambos os lados estudariam formas de controlar a totalidade dos recursos do lado brasileiro (PÉRET, 1997).

de atuação, haja vista que a maioria dos componentes se localizam nas regiões dos estados de Minas Gerais e Goiás. Contudo, os cerrados abrangem uma vasta região brasileira, permitindo que o programa inclua outros estados, cumprindo o propósito de desenvolver tal região, ainda que sob os interesses estratégicos nipônicos. O esboço da cooperação Brasil-Japão, evidenciada no próximo organograma, auxilia na compreensão de como ambos os países regularizam a inserção de tal projeto, de desenvolvimento dos cerrados, ao criarem a Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO)<sup>35</sup>, no intuito de coordenar a implantação do programa.

**FIGURA 01 – ÓRGÃOS FINANCIADORES DO PRODECER**



Fonte: INOCÊNCIO, 2010, p. 90 com base nos dados de BRASIL, 2002.

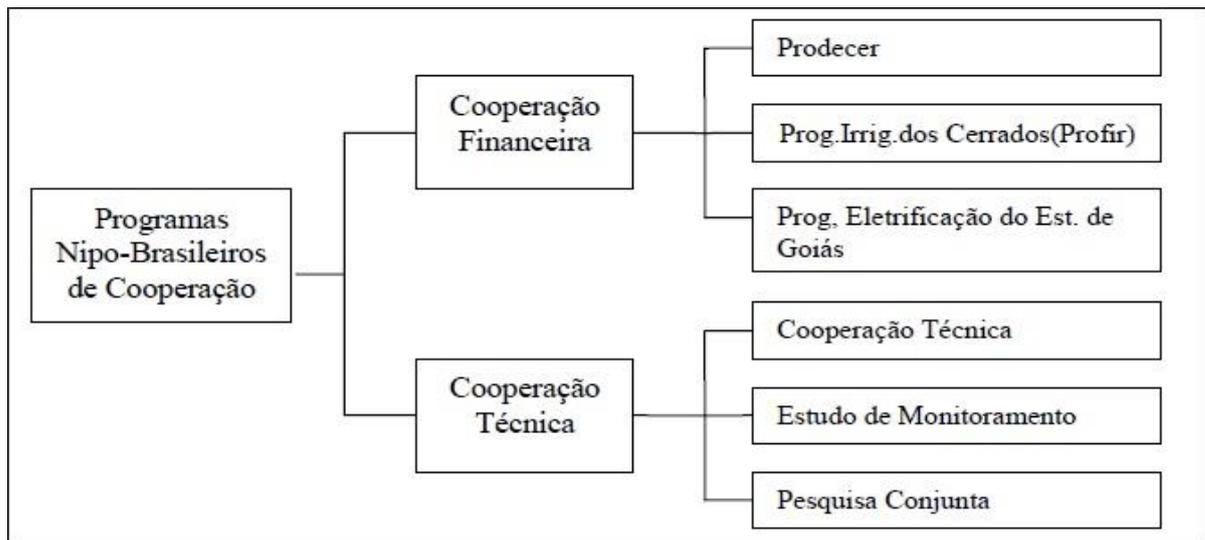
Destarte, a cooperação tanto técnica quanto financeira nipo-brasileira, principalmente no que diz respeito ao PRODECER, assegura os interesses ambos os países, como um processo de “porta para o futuro” e, assim sendo, a oportunidade para desenvolver a região central do País, ao mesmo tempo em que explorava novas fronteiras agrícolas e abria diferentes horizontes para o futuro (BRASIL, 2002). Na categoria técnica, foram implementados 18 projetos direcionados ao Brasil, dos quais 07 voltados para o desenvolvimento agrícola dos cerrados. Quanto à cooperação financeira<sup>36</sup>, foram realizados quatro projetos, sendo três relacionados à instalação da infraestrutura para o sistema de produção agrícola dos Cerrados, “cujo orçamento correspondeu a 72% do valor total do

<sup>35</sup> Para mais detalhes de tal companhia, acessar o site disponível em <<http://www.campo.com.br/proceder/>>.

<sup>36</sup> Os projetos foram financiados com empréstimos em moeda japonesa, atingindo o valor total de 52,1 bilhões de ienes, ou seja, U\$ 574.679.235,69. (Cotação oficial Banco Central dia 12/11/2009 referente a valores de venda)

financiamento<sup>37</sup> (BRASIL, 2002, p. 2-33). Esse valor corresponde a U\$ 413.769.049,698 (INOCÊNCIO, 2010, p. 166). O organograma, a seguir, propicia a compreensão do elo nipo-brasileiro, bem como este acarretou em cooperações e seus devidos parâmetros.

**FIGURA 02 – ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA ENTRE BRASIL/JAPÃO**



Fonte: JICA/MAPA 2002, p. 2-33. Org. Maria Erlan Inocêncio (2010, p. 167).<sup>38</sup>

Dessa forma, o capital funciona como motor desencadeador das mudanças técnicas que irão propiciar a sustentação do poder econômico, político e social (INOCÊNCIO, 2010, p. 171). Sendo o cerrado uma região que favorece o empenho da cooperação bilateral nipo-brasileira, o PRODECER foi um projeto que acarretou uma série de mudanças e tecnologias para o Brasil, haja vista que é um país com escopo periférico exportador de *commodities*, enquanto que a escassez nipônica em recursos naturais colaborou para esse ideal de desenvolvimento brasileiro. Todavia, à luz dos conceitos da Teoria da Dependência, esse desenvolvimento, em realidade, não transforma a posição periférica brasileira, principalmente devido aos investimentos na produção de matérias-primas, mantendo o *status quo* internacional, ainda que o ideal de desenvolvimento ocasiona uma concepção de melhorias.

<sup>37</sup> O principal órgão ligado ao governo japonês e que financiou a abertura de novas áreas para a agricultura foi ODA (Official Development Assistance) que passou a coordenar dois tipos de cooperação: a técnica e a financeira (INOCÊNCIO, 2010, p. 166).

<sup>38</sup> Nesse contexto merecem destaque o Projeto de Eletrificação Rural do Estado de Goiás e o Programa de financiamento da Irrigação, ambos executados na década de 1970 e com capitais japoneses.

Observa-se, assim, que o Cerrado foi inserido à dinâmica de produção capitalista global, a partir do incremento das modernas técnicas agrícolas que expandem permanentemente a área produtiva. Dessa forma, é notório que, para entender a reestruturação produtiva no Cerrado, seja necessário estabelecer o conjunto de condições favoráveis que permitiram o investimento produtivo e a ampliação dos lucros (INOCÊNCIO, 2010, p. 171).

O progresso técnico significou o avanço do capital sobre os elementos naturais, como condição para a completa inserção do cerrado ao processo capitalista de produção. Portanto, a captura deste território foi viabilizada pelos diversos projetos estrategicamente articulados pelo Estado em consonância às normas do capital internacional, que fizeram do cerrado o agente de forças centrífugas e centrípetas na propagação do novo padrão produtivo (INOCÊNCIO, 2010, p. 246). Ainda, de acordo com o argumento da autora,

O PRODECER imprimiu uma nova fase ao processo de desenvolvimento dos Cerrados, sob o ideário do capitalismo e a justificativa da necessidade de acabar/reduzir a fome no mundo, aumentando a oferta de alimentos. Foi o “fio condutor” da modernização da agricultura em diversas áreas, multiplicando um novo modelo de sistema produtivo agrícola brasileiro, induzindo a inserção nacional ao mercado internacional globalizado. O cultivo de grãos, com destaque para a soja, cultura-objeto do início da modernização agrícola do Cerrado, passou a ocupar distintos espaços. Cultura, pois modificou a visão dos produtores em relação ao solo e aos cultivos, à importância da água, mas também objeto técnico que não só colocou a ciência a serviço do capital, como se tornou a mercadoria– commodity no processo de apropriação da terra (INOCÊNCIO, 2010, p. 243).

Assim sendo, a estrutura capitalista, como antes citada, desigual e excludente, acarreta um ideal desenvolvimentista para os países alcançarem e, dessa forma, com o decorrer da globalização, a interação entre os países apresenta uma ferramenta de política externa que facilita esse propósito de desenvolvimento. Os investimentos diretos estrangeiros (IDE) do Japão aplicados no Brasil também evidenciam tal situação, dado que os interesses estratégicos de atuação internacional configuram tal prática como processo econômico que assegura benefícios por vir. Dessa maneira, os investimentos nipônicos no Brasil aumentaram ainda mais com os acordos de cooperação técnica na década de 1970,

O crescimento significativo do fluxo de investimentos no Brasil se dá a partir de 1967, quando o Japão começa a obter superávits na sua balança de transações correntes, possibilitando a realização de empreendimentos no exterior. A década de 1970 foi um período de grande atração IDE do Japão ao país, que ocorreu simultaneamente com o significativo desempenho positivo da economia brasileira. O crescimento econômico brasileiro resultou de medidas que abriram créditos e reaqueceram a economia no governo Costa e Silva (UEHARA, 2008, p. 2-3).

Dessa forma, a partir do desenvolvimento dos cerrados<sup>39</sup> (PRODECER), juntamente com os investimentos nipônicos e aproximação de ambos os países, esses tiveram amplas

---

<sup>39</sup> Foi, através da implementação do PRODECER, veículo criado e “motorizado” pela fusão capital/Estado que os “hábitos” de cultivo dos solos do Cerrado foram drasticamente alterados; assim bem como se acentuou o

relações econômicas e políticas, possibilitando a presença de multinacionais, a busca por capital internacional, os planos de desenvolvimento, investimentos em infraestrutura e outros setores brasileiros, bem como a cooperação técnica e/ou para o desenvolvimento<sup>40</sup>. Todavia, para o presente trabalho vale ressaltar a política externa brasileira no governo Lula (2003-2010), em relação ao Japão, haja vista a implementação do projeto PRODECER<sup>41</sup>, além de averiguar que o Brasil exporta *commodities* e importa manufaturados, contribuindo para a manutenção do *status quo* internacional, cujo Brasil é subalterno perante o Japão. Sendo os cerrados uma região estratégica para a atuação japonesa, a Japan International Cooperation Agency (JICA) justifica a escolha da área, ao afirmar que:

[...] há na região Centro-Oeste do Brasil uma extensa área inexplorada, com cerca de 1.300.000 km<sup>2</sup> de superfície aproximadamente 3,5 vezes maior que o território japonês, estendendo-se pelos estados de Goiás e Minas Gerais. Em vista das características de sua flora, esta região é chamada cerrado(sic). (JICA, 1979a, p.1).

Devido a autonomia pela diversificação adotada na política externa do governo Lula, a busca por parcerias estratégicas, principalmente por coalizões variáveis, fundamentou o exercício das relações do Brasil ante aos demais países do sistema internacional (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Embora a cooperação entre ambos tenha se expandido e adquirido novos paradigmas e temas<sup>42</sup>, a relevância para o presente trabalho é a relação entre ambos em tal período de diversificação de parcerias, além das exportações e importações ocorridas, que ajudam a compreender como o Brasil se mantém subalterno, muito embora o Japão invista no desenvolvimento brasileiro e a parceria de ambos possuem interesses estratégicos.

Ademais, a cooperação técnica, estabelecida entre ambos os países no período do governo Lula, destina áreas prioritárias, tal como a agricultura, o meio ambiente, a indústria, a saúde e o desenvolvimento social (LEITE; DANTAS, 2013, p. 4). Sendo o desenvolvimento

---

processo de expropriação do pequeno produtor rural. Este programa foi, dentre todos os outros que visavam a ocupação do Cerrado, o de maior abrangência, pois tornou tecnicamente viável a inserção deste território ao circuito produtivo capitalista (INOCÊNCIO, 2010, p. 87)

<sup>40</sup> Para uma perspectiva histórica completa sobre as relações de ambos os países, bem como os aspectos econômicos internos e externos do Brasil e do Japão, acessar o artigo de Alexandre Ratsuo Uehara, presidente da Associação Brasileira de Estudos Japoneses, no qual ele discorre sobre tal relação que se inicia com as cooperações no governo Kubistchek e segue até o governo Lula, <<http://fjisp.org.br/artigo/o-crescimento-economico-e-os-investimentos-diretos-japoneses-no-brasil-economic-growth-and-the-japanese-direct-investments-to-brazil/>>.

<sup>41</sup> A JICA possui um livro que explica claramente todo o PRODECER, bem como as três fases do projeto e os detalhes técnicos no decorrer dos 40 anos do projeto <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/566791/monitoramento-ambiental-nos-projetos-agricolas-do-prodecer>>.

<sup>42</sup> No intuito de compreender melhor os demais temas englobados por tal relação Brasil-Japão acessar, na revista Mural Internacional, o artigo de Alexandre César Cunha Leite e Aline Chianca Danta, que aborda um panorama mais completo da época <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/viewFile/6752/4813>>.

dos cerrados uma questão de progresso brasileiro, vale ressaltar os interesses nipônicos na vasta área territorial do Brasil, cuja fertilidade permite solos cultiváveis, como afirma Yokota (1997, p. 160):

A preocupação com a questão do abastecimento alimentar em vários países asiáticos tem sido uma das questões cruciais nesse projeto. Vários fatores indicam problemas no abastecimento mundial: aumento da população; presença da China agora como importadora de alimentos dada a sua escassez de terras em condições de aproveitamento imediato. Nos últimos anos vários países asiáticos mostraram interesse em aproveitar o potencial agrícola brasileiro (YOKOTA, 1997, p. 160).

Os gráficos a seguir, ajudam a compreender mais precisamente tal relação, considerando que o período do governo Lula (2003-2010), do qual a característica de diversificação das parcerias estratégicas, aproxima ainda mais ambos os países. Assim sendo, com base nos dados do Itamaraty, a análise da balança comercial, contendo as exportações e importações, bem como os principais produtos utilizados em tal relação, compreendem a característica subalterna do Brasil enquanto exportador de matéria-prima, à medida que o Japão, como país de cunho desenvolvido, exporta manufaturados com valor agregado<sup>43</sup>.

### GRÁFICO 01 – BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL COM O JAPÃO



Fonte: UEHARA, 2016, conforme dados do MDIC. Balança Comercial Brasileira: Mensal. Vários anos.<sup>44</sup>

A balança comercial, ilustrada acima, informa como sucedeu essa relação Brasil-Japão, principalmente pelo marco temporal da pesquisa, compreendendo o governo Lula de 2002 a 2010. Dessa forma, ao analisar somente o gráfico e os valores em montante, fica claro que tal relação é benéfica ao Brasil, ao passo que o país exporta mais do que importa do Japão, evidenciado pelas exportações em azul e as importações em amarelo, ainda que determinados anos essa balança tenha ficado favorável ao lado nipônico. Tais fatores, ajudam a compreender a linha da pesquisa, afirmando que a cooperação Brasil-Japão, propicia efeitos

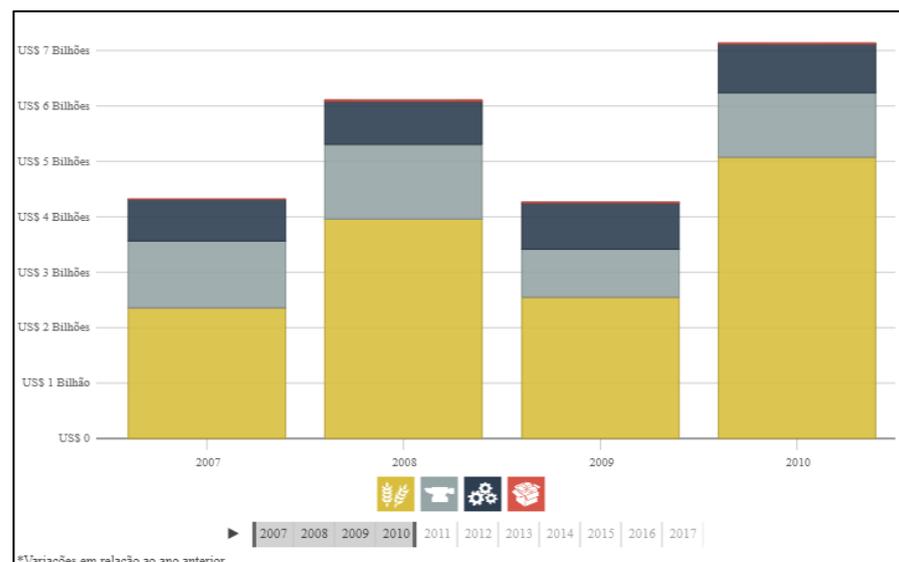
<sup>43</sup> É o valor adicional que adquirem os bens e serviços ao serem transformados durante o processo produtivo. Disponível em: < <http://eba.com.br/valor-agregado/>>.

<sup>44</sup> Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/index.php?area=5>.

benéficos a nação brasileira, no entanto, ao compreender os produtos componentes dessa balança comercial, a realidade não se condiz benéfica ao Brasil, a julgar pelas *commodities* e produtos primários exportados e manufaturados e tecnologia importada pelo Brasil.

Sob tal enfoque, o Japão permanece como país de escopo central, detentor da tecnologia e dos meios de produção, enquanto que o Brasil, como país periférico, mantém-se como grande exportador de matérias-primas, auxiliando no desenvolvimento nipônico, em detrimento do próprio desenvolvido, haja vista que esse discurso desenvolvimentista da cooperação, na realidade mantém o *status quo* no sistema internacional. Basta ver os produtos nos gráficos a seguir, segundo dados do próprio Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC):

### GRÁFICO 02 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR FATOR AGREGADO - PARCEIRO: JAPÃO



Fonte: MDIC, Comex Vis: Países Parceiros.<sup>45</sup>

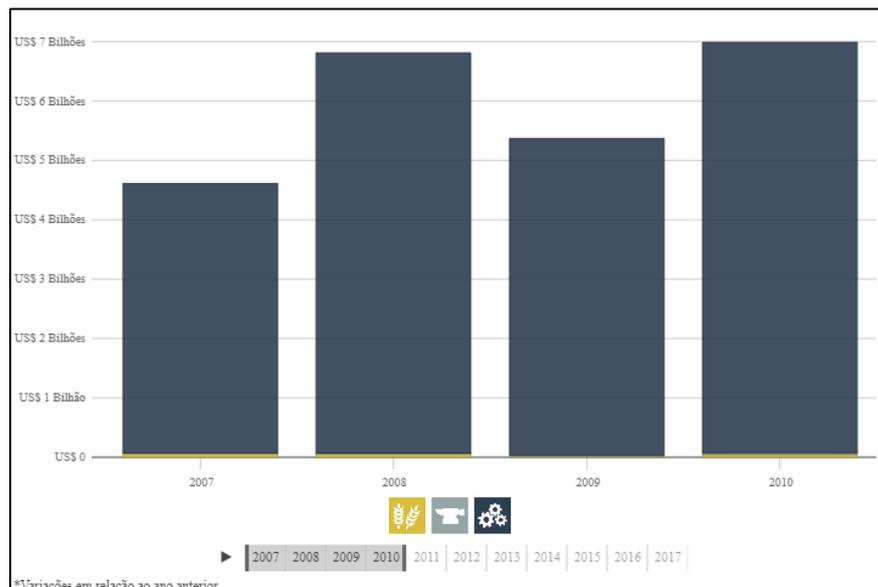
No gráfico acima, as exportações brasileiras, portanto, compõe-se em sua maioria por produtos primários, evidenciados pela cor dourada, que predomina no gráfico, demonstrando que na relação nipo-brasileira o Brasil mantém sua disposição periférica no sistema capitalista, sendo ele desigual, hierárquico e excludente.

Ademais, no próximo gráfico, também construído através dos dados do MDIC, afirma a característica central nipônica, evidenciada pela cor chumbo, visivelmente

<sup>45</sup> Segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), utilizados para os gráficos dois e três. Disponível em < <http://www.mdic.gov.br/comercio-externo/estatisticas-de-comercio-externo/comex-vis/frame-pais?pais=jpn>>, acesso 13 de abril de 2018.

predominante, cuja exportação é de produtos tecnológicos e manufaturados com alto valor agregado. Logo, verifica-se no gráfico a seguir, os produtos manufaturados exportados do Japão para o Brasil nos anos utilizados na pesquisa:

### GRÁFICO 03 – IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR FATOR AGREGADO - PARCEIRO: JAPÃO



Fonte: MDIC, Comex Vis: Países Parceiros.

No que se refere aos gráficos acima, a cor dourada (predominante no gráfico 2) indica que os produtos primários exportados do Brasil para o Japão, haja vista que o país exporta bem mais *commodities* do que manufaturados (evidenciado pela cor chumbo e mais predominante no gráfico 3), fomentando uma característica de país subalterno e periférico, pois importa demasiadamente produtos manufaturados. Conforme dados do MRE “as exportações brasileiras para o Japão são compostas, em sua maior parte, por produtos básicos, [...] com destaque para minério de ferro, carnes e cereais”<sup>46</sup>, ao passo que nas importações “os produtos manufaturados somaram a quase totalidade da pauta das importações brasileiras procedentes do Japão”<sup>47</sup>.

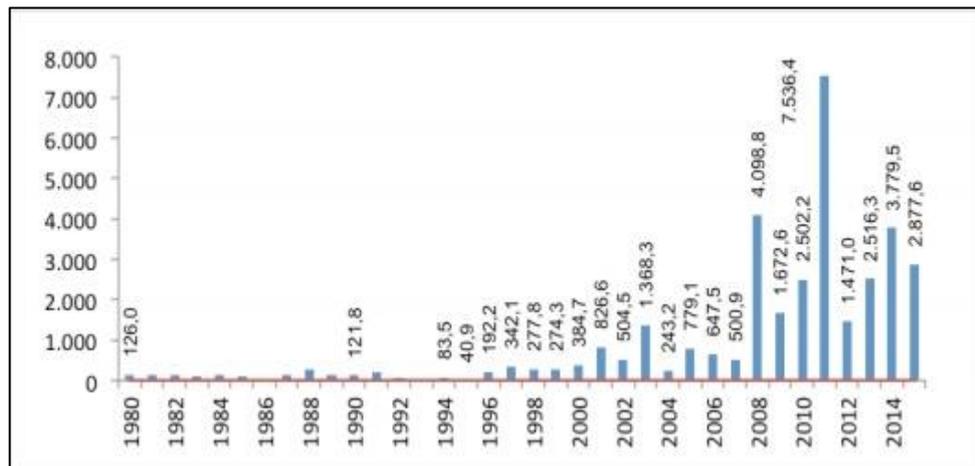
Dessa maneira, os produtos manufaturados importados do Japão pelo Brasil, compreendem uma relação econômica, cuja análise demonstra que o desenvolvimento, oriundo das relações com a nação nipônica, concebe um ciclo produtivo e desigual que se

<sup>46</sup> “Celeiro de soja, milho, trigo”, produtos distantes da base alimentar do brasileiro, mas tecnicamente modernos, especulativos e predatórios do meio ambiente (INOCÊNCIO, 2010, p. 87).

<sup>47</sup> Ambas as citações do MRE estão disponíveis em: <<http://ois.sebrae.com.br/wp-content/uploads/2015/01/INDJapao.pdf>>, acesso 13 de abril de 2018.

inicia com a produção de matéria-prima brasileira, exportada ao Japão onde é processada e, posteriormente, vendida novamente ao Brasil. Todavia, tal relação contribui para a situação periférica brasileira, ainda que os investimentos nipônicos estimulem uma visão de desenvolvimento para o Brasil.

**GRÁFICO 04 – INVESTIMENTOS DIRETOS JAPONESES NO BRASIL  
(US\$ MILHÕES)**



**Fonte:** UEHARA, 2016. Banco Central do Brasil. Notas econômico-financeiras para imprensa. Vários anos.<sup>48</sup>

Destarte, os investimentos diretos nipônicos no Brasil ajudam a compreender ainda melhor a relação entre ambos, a considerar que o Japão investe em infraestrutura, indústria, tecnologia, contudo, o setor mais agraciado continua sendo o setor agrário, auxiliando a manter a característica periférica brasileira, sendo um exportador de *commodities* agrícolas. No intuito de compreender tal elo político e econômico, a balança comercial apresentada, juntamente com os IDE e o projeto PRODECER, a proposta da pesquisa apresentada, é analisar a dependência do Brasil ante ao Japão. Posto que em montante econômico, o Brasil exporta mais do que importa do Japão, contudo, ao averiguar por meio da Teoria da Dependência, o primeiro se mantém subalterno e periférico no sistema internacional, pois exporta em sua grande maioria *commodities*<sup>49</sup>, enquanto que o segundo se conserva de cunho central e desenvolvido, exportando produtos manufaturados com valor agregado.

<sup>48</sup> Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?ecoimprensa>>.

<sup>49</sup> A matriz produtiva também é abordada por Marx e Engels, haja vista que os âmbitos domésticos e internacionais são importantes ao analisar o cenário externo, perpassado por dinâmicas estratégicas, busca de interesses, ganhos oriundos de tais relações. Tal como aborda os autores: “As relações entre umas nações e outras dependem do estado de desenvolvimento em que se encontra cada uma delas no que concerne às forças produtivas, à divisão do trabalho e ao intercâmbio interno. Tal princípio é em geral conhecido. Entretanto, não apenas a relação de uma nação com outras, mas também toda estrutura interna desta mesma nação, dependem do

A priori, no capítulo anterior o conceito de desenvolvimento, abordado pelo autor Onofre de Santos Filho (2005), acarreta um ideal de mudança, ou seja, o promove a alteração, por exemplo, do antigo para o novo, do obsoleto para o moderno. Todavia, a ordem sistêmica capitalista utiliza-se desse argumento a fim de implementar nos países estratégias política e econômicas que garantam tal desenvolvimento, isto é, alterações que promovem melhorias. Dessa forma, ao analisar a cooperação bilateral, técnica, financeira ou para o desenvolvimento, entre o Brasil e o Japão, espera-se que tal elo assegure melhorias para ambos os países e, de fato, os interesses mútuos são contemplados nessa relação. No entanto, a alteração das disposições, no sistema internacional, de ambos países não ocorre, a julgar que apesar de eles estabelecerem acordos, programas, cooperações e/ou tratados internacionais, o Brasil permanece subalterno ante ao Japão, muito embora o desenvolvimento seja utilizado como uma das pautas desse elo diplomático.

Logo, ao abordar o projeto do PRODECER no presente trabalho, faz-se um adendo essencial para compreender como essa relação bilateral está disposta, tendo em vista que o Brasil é considerado como um grande celeiro no mundo, além de contribuir para sustentar o desenvolvimento nipônico, sendo que o Japão não dispõe de uma vasta área agricultável. Dessa maneira, apesar do discurso desenvolvimentista que essa relação acarreta, bem como o viés economicista que demonstra uma balança comercial favorável à nação brasileira, a ordem internacional é mantida, pois o Brasil prossegue periférico, ainda que possua programas e acordos que teoricamente anseiam o progresso da nação. Todavia, esse desenvolvimento é interessado e, mesmo que aparentemente benéfico ao Brasil, em realidade condiciona as desproporções e desigualdades do ciclo capitalista, no qual o *status quo* se mantém apesar de novas estratégias de políticas externas vindouras. À vista disso, apesar das cooperações, os IDE, bem como o desenvolvimento do agronegócio, o Brasil permanece dependente do Japão.

No próximo capítulo da pesquisa, os diferentes estágios de desenvolvimento entre os dois países são caracterizados. Todavia, perpassado por uma a Divisão Internacional do Trabalho (DIT), além de indicadores socioeconômicos, que serão utilizados a fim de melhor

---

grau de desenvolvimento de sua produção e de seu intercâmbio interno e externo [...]” (MARX; ENGELS, 1846, p. 28-29). Destarte, a dicotomia de luta e dominação são características intrínsecas ao sistema capitalista, tendo a desigualdade como um dos fatores principais, pois o capital se concentra numa classe dominante em detrimento de uma classe explorada. Ademais, essa classe dominante relaciona os seus interesses econômicos em interesses políticos de maneira estratégica, estabelecendo uma exploração econômica, bem como uma dominação política, tal como afirma Poulantzas: “[...] polariza os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações do bloco no poder, constituindo os seus interesses econômicos em interesses políticos, representando o interesse geral comum das classes ou frações do bloco do poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política” (POULANTZAS: 1977, p. 234).

argumentar o fator da dependência do Brasil ante ao Japão, sendo que embora os países mantenham laços econômicos, políticos e sociais, a característica subalterna brasileira se perpetua, ao passo que mantém a ordem sistêmica capitalista vigente, num ambiente internacional anárquico. Tais fatores, concebem a lógica da pesquisa em criticar a estrutura sistêmica capitalista que condiciona os países em diferentes níveis de desenvolvimento num mesmo mercado ou dinâmicas internacionais de atuação, garantindo vantagens de determinados países em detrimento dos demais.

### 3. O DESENVOLVIMENTO DA DEPENDÊNCIA

*“[...] a superexploração da força de trabalho é a característica estrutural que demarca a condição dependente de um país. Sua ocorrência se dá em função da existência de mecanismos de transferência de valor entre as economias periférica e central, levando a que a mais valia produzida na periferia seja apropriada e acumulada no centro.”*

*Marisa Silva Amaral; Marcelo Dias Carcanholo*

Nessa etapa da pesquisa, este capítulo analítico utiliza-se de elementos que reforçam o argumento de que o desenvolvimento socioeconômico do Brasil e do Japão se dá em diferentes níveis, além da tendência em permanecer desigual e excludente, tal como o próprio sistema capitalista fomenta. Dessa forma, os indicadores de Produto Interno Bruto (PIB), Produto Interno Bruto *per capita* (PIB per capita), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Coeficiente de Gini são mobilizados para caracterizar o argumento de que o Brasil, ainda que cooperando com o Japão, mantém-se economicamente subalterno e dependente, segundo a interpretação da Teoria da Dependência, do País do Sol Nascente<sup>50</sup> no sistema internacional.

No entanto, vale ressaltar a importância da Divisão Internacional do Trabalho (DIT)<sup>51</sup>, a fim de introduzir tais elementos, bem como reforçar o argumento proposto nesse capítulo, que expõe as diferenças de desenvolvimento social e também econômico, mantidas tal qual o *status quo* internacional. Isto posto, o capítulo se dispõe de análise bibliográfica e dados, no intuito de indicar empiricamente as diferenças socioeconômicas entre Brasil e Japão, haja vista o teor dependentista brasileiro ante a nação nipônica.

Sob tal enfoque, vale ressaltar que embora o escopo internacional do presente trabalho, a análise doméstica da DIT pode auxiliar a compreensão, desde sua origem no desenvolvimento do capitalismo comercial, caracterizado como primeira etapa, até adquirir o designo de internacional com o capitalismo financeiro, englobando países como o Brasil e o Japão que estão sob o regime econômico capitalista. Assim sendo, Pochmann (2016, p. 22) aborda a questão, tendo o desenvolvimento do capitalismo como fomentador da divisão internacional do trabalho, pois ao transformar o sistema vigente, os modos capitalistas de

---

<sup>50</sup> O Japão também é conhecido como “Terra do Sol Nascente” por sua localização, no extremo leste da Ásia.

<sup>51</sup> A Divisão Internacional do Trabalho (DIT) é caracterizada pela especialização técnica na produção mundial de produtos.

produção ocasionaram uma divisão social e/ou econômica do trabalho, ao passo que no sistema internacional essa mudança também se sucedeu, incorporando as desigualdades estruturais, seja no âmbito doméstico ou internacional, cuja dominação ocorre por meio da classe ou país, respectivamente, que detiver o capital e os meios de produção. Entende-se que:

Desde a segunda metade do século XVIII, o gradual abandono da sociedade agrária tem decorrido da ascensão do modo capitalista de produção. O desenvolvimento das forças produtivas sob a dominação do capital teve como herança prévia, em geral, a existência de uma economia mercantil em funcionamento a partir da divisão social do trabalho. Mas a autodeterminação do capital às limitações impostas pelas condições de acumulação capitalista pressupõe o surgimento do setor responsável pelos meios de produção. Através dele que a condição de produção do progresso técnico se estabeleceu endogenamente, irrigando a competição intercapitalista portadora de ganhos crescentes de produtividade. Com a subordinação do conjunto das forças produtivas à dominação do capital industrial é que se consolidou o processo de industrialização. Tem sido por meio do desenvolvimento das forças produtivas subordinadas ao capital industrial que as relações sociais capitalistas se generalizam, inclusive pelo reforço da dominação do capital sobre o trabalho (POCHMANN, 2016, p. 22).

Isto posto, entende-se por divisão internacional do trabalho a diferenciação da matriz produtiva dos países inseridos no modo de produção capitalista, além da ideia de que o tipo de bem produzido por um país determina sua função e, por conseguinte, sua posição dentro do Sistema Internacional (RODRIGUES; TROIAN, 2016, p. 1). À luz da conjuntura histórica da DIT, vale ressaltar as três fases do capitalismo, nas quais essa divisão se decorreu de maneiras diferentes, entretanto, perpassada pela dicotomia de centro e periferia, assimetria essa fomentada e mantida no intuito da vigência do capitalismo. No capítulo de Pochmann abordado nos argumentos dessa pesquisa, é possível traçar uma articulação histórica das três fases do capitalismo:

### QUADRO 04 – FASES DO SISTEMA CAPITALISTA

<b>CAPITALISMO COMERCIAL (SÉCULO XV e XVI)</b>	
<b>Colônias</b>	<b>Metrópoles</b>
Extração de produtos primários, trabalho escravo, especiarias e exploração	Produção, exportação de produtos manufaturados e imperialismo
<b>CAPITALISMO INDUSTRIAL (SÉCULO XVII, XVIII e IX)</b>	
<b>Colônias e/ou Países Subdesenvolvidos</b>	<b>Metrópoles e/ou Países Desenvolvidos</b>
Fornecimentos produtos primários, principalmente agrícolas e minerais	Transformação da matéria-prima em produtos industrializados, ou seja, manufaturados
<b>CAPITALISMO FINANCEIRO (SÉCULO XX EM DIANTE)</b>	
<b>Países Subdesenvolvidos</b>	<b>Países Desenvolvidos</b>
Produtos <i>commodities</i> , matérias-primas, escopo periférico	Produtos industrializados, alta tecnologias, investimentos, escopo central

**Fonte:** Elaborada pelo autor com base nos dados de Pochmann (2016, p. 16-64)<sup>52</sup>, bem como Carmo (s.d., p. 5-10)<sup>53</sup>.

Nas relações internacionais, por exemplo, tal elo Brasil-Japão pode ser exemplificado por meio do quadro acima, considerando que na atual DIT sob o capitalismo financeiro, o Brasil se caracteriza enquanto produtor e exportador de matérias-primas, ao passo que importa produtos tecnológicos da nação nipônica. Ainda que num cenário internacional anárquico, cuja ordem se estabelece por meio da política, diplomacia, economia, entre outros elementos, a relação nipo-brasileira não foge à regra do sistema capitalista, pois convergem interesses distintos, estabelecendo relações com ganhos absolutos, porém mantenedores do *status quo* internacional. Dessa forma, as estratégias de política externa estabelecidas entre ambos os países, atendem as desigualdades estruturais oriundas do capitalismo, fator esse que mantém uma determinada hierarquia entre as nações, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento.

Segundo Pinto e Balanco (2014), as relações entre os Estados dependem da acumulação de capital de cada um, estabelecendo disposições hierárquicas no sistema

<sup>52</sup> Uma tabela semelhante pode ser encontrada no artigo publicado por PENA, Rodolfo F. Alves, disponível em <<https://brasilescola.uol.com.br/geografia/fases-do-capitalismo.htm>>.

<sup>53</sup> A autora Carmo, escreve o artigo As Etapas Do Desenvolvimento Capitalista No Brasil, apresentado no 6º - Colóquio Internacional Marx e Engels, na Universidade Federal Fluminense, para mais informações acessar o artigo disponível em <[https://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2009/trabalhos/as-etapas-do-desenvolvimento-do-capitalismo.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/as-etapas-do-desenvolvimento-do-capitalismo.pdf)>.

internacional, tendo a DIT como um fator relevante para manutenção dessa ordem, pois atende a diferentes interesses à luz do desenvolvimento. Assim sendo,

As relações entre os Estados são delineadas a partir da posição hierárquica em que cada um deles se coloca no sistema internacional. Em outras palavras, depende do grau de acumulação de capital de cada nação e também do conteúdo e da dinâmica do bloco no poder que lhe é inerente. Consequentemente, o posicionamento de “comando” de um determinado país depende da configuração intraestatal das forças produtivas, da divisão do trabalho e do intercâmbio internos (PINTO; BALANCO, 2014, p. 53).

Ao se tratar de América Latina, a DIT implica uma dependência do continente ante aos países de centro, considerando a característica de grande exportadora de matérias-primas e, dessa forma, a dependência é “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito, as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2000, p. 109). Segundo o autor, o subdesenvolvimento fomenta formas específicas de circulação de capital<sup>54</sup>, relacionadas a superexploração da força de trabalho e uma indústria que não cria demandas, mas na realidade atende as dos países avançados tecnologicamente<sup>55</sup>.

Dessa maneira, a industrialização latino-americana, está destinada a exploração de matérias-primas, ocasionando a manufatura e o monopólio da tecnologia sob domínio dos países centrais. Logo, acarreta uma hierarquização da economia mundial que determina o fluxo de capital nas indústrias da periferia no intuito de atender a produção e as demandas dos países desenvolvidos (CARLEIAL, 2010). Bem como argumenta Carleial,

[...] a economia mundial já tinha conseguido ampliar seu padrão de concentração de capitais e necessitava mesmo escoar capital, e, assim, o fluxo de capital para a periferia orienta-se para a indústria, associada ainda ao crescimento da produção de bens de capital no mundo desenvolvido. A industrialização latino-americana corresponde, assim, a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo âmbito se transferem aos países dependentes etapas inferiores da produção industrial, reservando-se para os centros imperialistas as etapas mais avançadas e o monopólio da tecnologia correspondente. Tem-se, então, uma nova hierarquização da economia capitalista mundial, cuja base é a redefinição da divisão internacional do trabalho (CARLEIAL, 2010, p. 136).

Ainda que no capítulo anterior demonstrado, essa relação resulte uma balança comercial favorável a nação brasileira, tendo em vista os valores de capital e/ou montante, não é benfeitoria ao se atentar pelos produtos envolvidos nesse elo comercial e econômico. Já

---

<sup>54</sup> Para Marini (2000, p. 130) “(...) o movimento real da formação do capitalismo dependente se faz da circulação à produção, da vinculação ao mercado mundial ao impacto que isso acarreta sobre a organização interna do trabalho, para voltar então a recolocar o problema da circulação”.

<sup>55</sup> Para mais detalhes sobre os argumentos de Rui Mauro Marini, bem como o subdesenvolvimento e dependência na América Latina, acessar a plataforma com as obras e escritos do autor, disponível em <[http://www.marini-escritos.unam.mx/003\\_libros\\_marini.html](http://www.marini-escritos.unam.mx/003_libros_marini.html)>.

que o discurso de desenvolvimento advindo das cooperações, bem como os investimentos diretos estrangeiros nipônicos no Brasil, até mesmo acordos e programas, deveras auxilia na manutenção da ordem desigual, dependente, hierárquica e excludente do capitalismo. Para Carleial (2010), o progresso técnico, a acumulação de capital e o comportamento da renda, atuam de formas distintas nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Isto posto, os países periféricos atendem as demandas dos países centrais, num ciclo cujas periferias não alteram essa característica subalterna e tão pouco acompanham o desenvolvimento dos países de centro, justamente por não deter o capital, ou seja, o domínio na hierarquia estrutural capitalista. Dessa maneira, aborda a autora,

O trinômio progresso técnico – acumulação de capital – comportamento da renda, tende a se diferenciar mais fortemente entre os dois mundos, pois, para os países subdesenvolvidos, a possibilidade de criação de um centro autônomo de inovações foi substituída pela maior dependência tecnológica que se retrata na presença da multinacional firma-rede, dos processos de desindustrialização em curso, no aumento da importação de componentes e peças necessárias ao plano de negócios dessa firma – em última instância pelo comércio intrafirma –, pelo crescente envio para os países centrais de rendas tecnológicas e, finalmente, pela incapacidade de compra efetiva de tecnologia por falta de moeda (CARLEIAL, 2010, p. 151).

Para Rui Mauro Marini, o modo de capitalismo dependente latino-americano propôs os conceitos de subimperialismo<sup>56</sup> e superexploração do trabalho<sup>57</sup> como fenômenos que explicam a característica periférica da América Latina, argumento este que Luce (2011, p. 20) ressalta:

---

<sup>56</sup> Conforme afirma Marini, o argumento do subimperialismo se concebe a partir de dois aspectos essenciais, auxiliando na compreensão desse fenômeno, além de abordar como ele se sucedeu a partir da nova divisão internacional do trabalho, sendo assim: “[...] a) A partir da reestruturação do sistema capitalista mundial que se deriva da nova divisão internacional do trabalho e, b) A partir das leis provisórias da economia dependente, essencialmente a superexploração do trabalho, o divórcio entre as fases do ciclo do capital, a monopolização extrema em favor da indústria suntuária, a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção (e não somente a internacionalização do mercado interno, [...]) (MARINI, 1974, p. XIX)”.

<sup>57</sup> Marini estabeleceu o conceito de superexploração do trabalho a partir da seguinte formulação: “[...] el problema que plantea el intercambio desigual para América Latina no es precisamente el de contrarrestar la transferencia de valor que implica, sino más bien el de compensar una pérdida de plusvalía, y que, incapaz de impedirle al nivel de las relaciones de mercado, la reacción de la economía dependiente es compensarla en el plano de la producción interna. El aumento de la intensidad del trabajo aparece, en esta perspectiva, como un aumento de plusvalía, logrado a través de una mayor explotación del trabajador y no del incremento de su capacidad productiva. Lo mismo se podría decir de la prolongación de la jornada de trabajo, es decir, del aumento de la plusvalía absoluta en su forma clásica; a diferencia del primero, se trata aquí de aumentar simplemente el tiempo de trabajo excedente, que es aquél en el que el obrero sigue produciendo después de haber creado un valor equivalente al de los medios de subsistencia para su propio consumo. Habría que señalar, finalmente, un tercer procedimiento, que consiste en reducir el consumo del obrero más allá de su límite normal, por lo cual “el fondo necesario de consumo del obrero se convierte de hecho, dentro de ciertos límites, en un fondo de acumulación de capital”, implicando así un modo específico de aumentar el tiempo de trabajo excedente (MARINI, 1973, p. 38-39). Para uma discussão do conceito de superexploração do trabalho em Marini, ver Carcanholo e Amaral (2009), Martins (2009), Osorio (2004; 2009).

[...] o capitalismo dependente tem como características principais a superexploração da força de trabalho e o divórcio gerado por essa condição entre a estrutura produtiva e as necessidades das amplas massas. A gênese do fenômeno subimperalista reside, portanto, na conjunção dessas leis próprias da economia dependente com a nova divisão internacional do trabalho oriunda do movimento de capitais do pós-guerra – processo que fora marcado pelo predomínio dos investimentos externos na indústria de bens duráveis, com a presença dominante de capitais norte-americanos (LUCE, 2011, p. 20).

Dessa maneira, o capitalismo nas periferias ganha um escopo de incompleto, devido a interrupção da acumulação de capital, que só pode ser completada com a geração de mais excedente no próprio plano da produção, justamente através da superexploração do trabalho (AMARAL; CARCANHOLO, 2009, p. 222). Tal fator concebe um capitalismo dependente na América Latina, bem como a característica continental de exportador de matérias-primas, além da deterioração dos termos de troca<sup>58</sup>, como mantenedores da estrutura dependentista.

Vale ressaltar o argumento de Amaral e Carcanholo (2009), no qual a própria concepção do sistema capitalista fomenta a produtividade crescente, num ciclo que engloba uma série de problemáticas por vir. Logo, ao impulsionar a produção, o impacto dessa ação acarreta a formação de um Exército de Reserva (EIR)<sup>59</sup>, ocasionando uma exploração capitalista por meio da intensificação do trabalho, sem os devidos salários que equivalem a tal força de trabalho, possibilitando taxas de lucro maiores para os detentores do poder, ou seja, quem dispõem da acumulação de capital. Assim sendo, o objetivo por excelência do capitalismo, é a ampliação da taxa de juros, pois reforça a superexploração e mantém a ordem desigual e excludente do sistema, cuja manutenção se dá por meio da exploração de uma

---

<sup>58</sup> Assim, temos que toda a produção de um país subdesenvolvido já entrava no mercado em condições de "deterioração", pois, o valor atribuído internacionalmente a seus bens seria muito baixo. Seria necessário uma produção gigantesca, e um mercado maior ainda para que tais produtos "deteriorados" pudessem pagar a conta da importação dos bens manufaturados, industrializados e beneficiados pelas economias predominantes. É nesse sentido que está direcionado o estudo da CEPAL, reforçando aos países pobres, com economias frágeis, a necessidade de progresso, modernização e maior incremento dos produtos a serem exportados, adicionando aos mesmos um maior valor, de modo a captar maior renda no mercado.

<sup>59</sup> Isto ocorre porque, como já dito, a existência de uma massa de trabalhadores, que se encontra excluída, às margens do mercado de trabalho (massa de desempregados), exerce uma pressão sobre aqueles trabalhadores que se encontram efetivamente empregados, forçando a que se submetam a todas as formas de superexploração existentes, sob pena de se verem substituídos e desempregados por "trabalhadores da reserva" num momento futuro. Ou seja, a oferta de trabalho é muito maior que a demanda, há trabalhadores desempregados (ou subempregados), vivendo em condições de pobreza inferiores às dos assalariados. Tudo isto cria, evidentemente, um ambiente de competição entre os próprios trabalhadores, cada qual na tentativa de se ver empregado, seja através de manutenção ou de ingresso no mercado de trabalho. Com isso, fica clara a funcionalidade do EIR para a acumulação capitalista, que se sustenta justamente baseada na superexploração, tanto através de ampliação da mais valia absoluta quanto da mais valia relativa. Mais do que isto, esta é a tendência mesma do sistema capitalista: ampliar a composição do capital, engrossar a massa de trabalhadores que compõem o EIR para, com isso, ter as portas abertas à ampliação da superexploração baseada nos quatro mecanismos de extração citados e, conseqüentemente, para o fortalecimento da acumulação (AMARAL; CARCANHOLO, 2009, p. 222-223).

classe dominante e detentora do capital em detrimento de outro dada como inferior, subalterna e explorada. Isto posto, ressalva os autores:

[...] o funcionamento do sistema capitalista tem como lei geral uma produtividade crescente, ou, dito de outra maneira, este sistema demonstra uma tendência ao incremento da composição orgânica do capital, de modo que aumenta a massa de capital constante, relativamente à massa de capital variável. O impacto imediato deste movimento da acumulação capitalista é a formação de um exército industrial de reserva (EIR) que traz consigo a possibilidade crescente de exploração capitalista dos assalariados, seja em termos de extensão da jornada de trabalho, seja pela intensificação do trabalho numa mesma jornada, seja, ainda, em termos de arrocho salarial. Para além desta relação imediata entre a superexploração do trabalho e o EIR, está a relação entre o próprio EIR e a taxa de lucro. Ao permitir a aplicação de mecanismos intensificadores da superexploração do trabalho, a existência do EIR leva a que seja detida ou temporariamente paralisada a tendência à queda da taxa de lucro, tendo em vista que esta última será tanto maior quanto maior for a massa de mais valia e, portanto, os graus de expropriação do trabalho. Esta possibilidade de ampliação da taxa de lucro – que é o objetivo capitalista por excelência – acaba por reforçar e até mesmo justificar a ocorrência de superexploração e, portanto, a continuidade na formação da superpopulação relativa fortalecedora deste processo (AMARAL; CARCANHOLO, 2009, p. 222-223).

Ainda que o âmbito doméstico tenha sido minimamente abordado, ressalta-se que a pesquisa se centra nos fenômenos do sistema internacional. Considerando, porém, que ambas as esferas estão correlacionadas, principalmente porque coexistem e, portanto, os atores, características, elementos e o capitalismo, perpassam tais âmbitos, relacionando dessa forma o doméstico e o internacional, nesse caso, auxiliando na compreensão e argumentação do presente trabalho.

À vista disso, Marini (2000) evidencia a relação da superexploração do sistema capitalista nas relações internacionais, considerando que a dinâmica da periferia não acompanha a tecnologia e o desenvolvimento dos países do centro, principalmente por não deter a acumulação de capital, suscitando com que a periferia recorra a superexploração do trabalho como forma de permanecer e sobreviver no sistema capitalista. Por conseguinte, afirma o autor:

[...] os países centrais passam a concentrar, em seu aparato produtivo, os elementos tecnológicos que articulam o crescimento da composição técnica e orgânica do capital que permitem o desdobramento internacional de D em D'. Os países dependentes são objeto dessa articulação e oferecem os elementos materiais para a especialização do centro através de sua integração à divisão internacional do trabalho. [...] Diferentemente dos países centrais, onde a relativa homogeneização da base tecnológica permite aos segmentos vinculados ao 'setor produtor de bens-salário' responder tecnologicamente às inovações introduzidas pelos segmentos vinculados ao consumo suntuário, criando as bases para um mercado de massas e para a indústria de bens de capital que alavancarão de forma orgânica a industrialização no centro; os países dependentes, ao se integrarem no mercado mundial, a partir de grandes desníveis tecnológicos, não poderão responder da mesma forma, recorrendo à superexploração do trabalho (MARINI, 2000, p. 127).

A dependência, por sua vez, elencada como um dos fatores do capitalismo, sendo este sistema gerador de desigualdades em ambos os níveis da esfera social, seja no doméstico ou no internacional, determina um condicionamento da economia de determinados países em relação ao desenvolvimento e expansão de outras nações. Todavia, observa-se que as relações de produção são desiguais porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre às custas do subdesenvolvimento de outras (AMARAL; CARCANHOLO, 2009, p. 217). Nos argumentos de Marini (2000), a dependência deve ser entendida como:

[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2000, p. 109).

Dado o exposto, a dependência latino-americana é considerada um obstáculo ao desenvolvimento dos países no continente, haja vista que a matriz produtiva do continente se caracteriza pela exportação de matérias-primas e/ou *commodities*, ocasionada pela desigualdade e incessante produção de lucros que o capitalismo fomenta. Apesar do discurso do agronegócio, do desenvolvimento, os valores favoráveis da balança comercial, cooperações, bem como elos estratégicos de política externa entre o Brasil e o Japão, fica claro que tal relação não foge à regra do capitalismo, uma vez que também coopera com aos processos de transferência de valor da periferia para o centro.

Logo, o Brasil ajuda a sustentar o desenvolvimento nipônico, em detrimento do próprio, pois para se inserir internacionalmente, a nação brasileira, como periferia, deve atender as demandas dos países detentores do capital e da tecnologia, ou seja, os de caráter central.

Contudo, essa problemática se concebe na própria estruturação do capitalismo e sendo este o sistema vigente, os países se relacionam a fim de manter a ordem na anarquia internacional, que ocorre por não existir um país hegemônico, ocasionando uma organização hierárquica, excludente e desigual. Para garantir esse *status quo* internacional, o capitalismo fomenta situações e estratégias para se manter e, com isso, a ordem econômica, política e social no mundo. No entanto, tal ordem não permite que todos países se desenvolvam da mesma maneira ou em níveis equitativos e, ainda que consigam se desenvolver, o desenvolvimento nos países periféricos dá-se a passos lentos, isto é, não acompanha o progresso e tecnologia dos países do centro, devido ao fato de que a desigualdade é intrínseca à concepção do sistema.

Destarte, os elementos apresentados a seguir pela pesquisa, ajudam a compreender melhor o objetivo dela, tendo em vista os argumentos da divisão internacional do trabalho, o desenvolvimento do capitalismo, o subimperialismo, a superexploração, bem como as desigualdades estruturais do sistema econômico vigente. Portanto, os elementos tais como PIB, IDH e Coeficiente de Gini, são abordados com objetivo de evidenciar empiricamente as diferenças socioeconômicas entre o Brasil e o Japão, as diferentes disposições no sistema internacional e reforçar as características de centro e periferia existentes em tal elo econômico e social.

Assim sendo, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil pode ser verificado no quadro a seguir, a considerar a definição de PIB, como funciona, bem como os elementos componentes de tal medida estatística. Dessa forma, ao analisar o quadro 05 é possível compreender como tal informe se relaciona com a temática da pesquisa:

#### **QUADRO 05 – DEFINIÇÃO DE PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)**

<b>Produto Interno Bruto (PIB)</b>	
<b>Definição</b>	
O PIB é a soma de todas as riquezas produzidas e, para chegar a esse número, o IBGE calcula a quantidade de veículos, alimentos, venda de serviços, estoques e tudo o que é produzido. O instituto calcula o valor desses bens e serviços depois de deduzidos os custos dos insumos <sup>60</sup> .	
<b>COMPONENTES DO CÁLCULO</b>	<b>NÃO COMPONENTES DO CÁLCULO</b>
Pelo lado da produção, são registrados os resultados da agropecuária, da indústria, dos serviços e os impostos sobre os produtos. Pela ótica da despesa, entram o consumo das famílias, do governo, os investimentos, as exportações e as importações. As remunerações, a exemplo de salários, juros, aluguéis e distribuição de lucros também entram.	Itens usados, como um carro 2014, já foram registrados no ano de fabricação e venda. Com isso, foram incorporados ao patrimônio do País anteriormente. Bens usados para produzir outros bens, serviços não remunerados e atividades informais e ilegais também ficam de fora.

**Fonte:** Elaborada pelo autor do trabalho com base nos dados do PORTAL BRASIL (2017).

<sup>60</sup> Mas para chegar ao número final, só conta o valor que for acrescentado em cada etapa da produção. As matérias-primas, por exemplo, são desconsideradas para evitar a contagem repetida. O que já for usado também não entra na conta porque já está no patrimônio do País (PORTAL BRASIL, 2017).

Após compreender que então o PIB é o valor final total de bens e serviços produzidos por uma nação em um dado ano (CONSTANTINO; PEGORARE; COSTA, 2016, p. 234), conforme ilustrado no quadro acima. Por sua vez, a tabela 01 aborda o PIB brasileiro, tendo em vista o recorte temporal da pesquisa, cujo governo sobre administração do presidente Lula esteve presente. Bem como afirma, o Fundo Monetário Internacional (FMI, s.d.), no ano de 2010 o Brasil ficou em sexto lugar no ranking dos países com participação no Produto Interno Bruto (PIB)<sup>61</sup>. No que se refere a valores quantitativos, a tabela a seguir ajuda na melhor compreensão de como sucedeu o PIB no determinado recorte temporal:

**TABELA 01 - PRODUTO INTERNO BRUTO DAS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO NO PERÍODO DO GOVERNO LULA (2002-2010)**

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PRODUTO INTERNO BRUTO (1 000 000 R\$)								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>BRASIL</b>	1 477 822	1 699 948	1 941 498	2 147 239	2 369 484	2 661 345	3 032 203	3 239 404	3 770 085
<b>NORTE</b>	69 310	81 200	96 012	106 442	119 993	133 578	154 703	163 208	201 511
<b>NORDESTE</b>	191 592	217 037	247 043	280 545	311 104	347 797	397 500	437 720	507 502
<b>SUDESTE</b>	837 646	947 748	1 083 975	1 213 863	1 345 513	1 501 185	1 698 588	1 792 049	2 088 221
<b>SUL</b>	249 626	300 859	337 657	356 211	386 588	442 820	502 040	535 662	622 255
<b>CENTRO-OESTE</b>	129 649	153 104	176 811	190 178	206 284	235 964	279 372	310 765	350 596

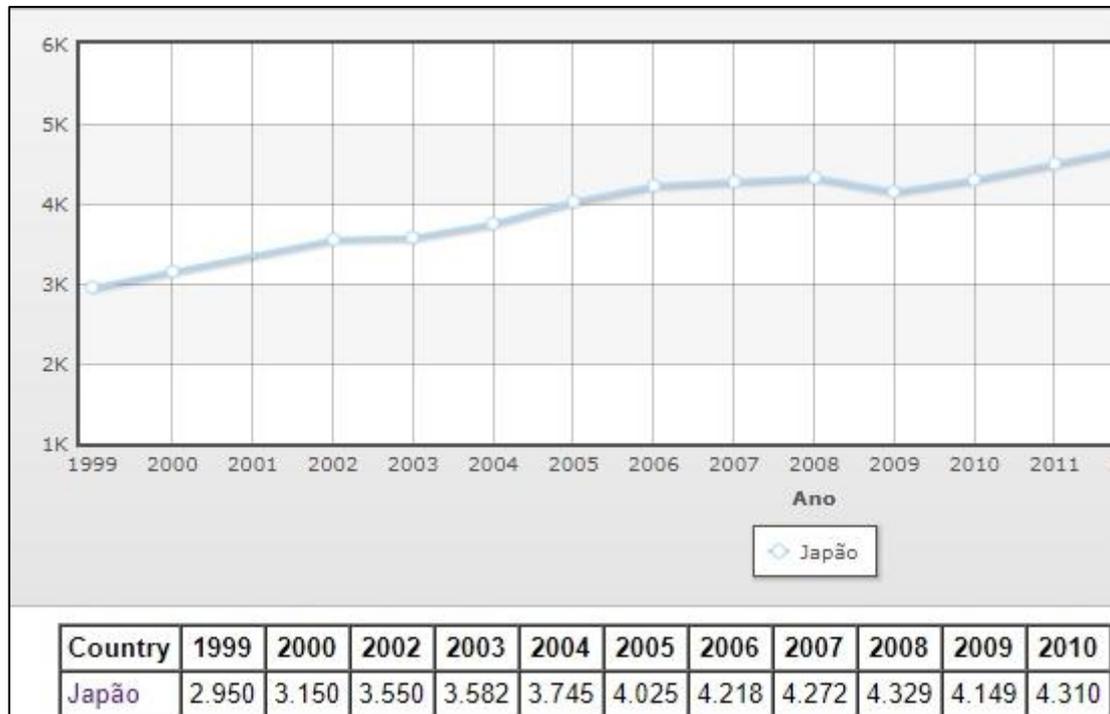
**Fonte:** Contas Regionais do Brasil – 2010 (IBGE)<sup>62</sup>

No que diz respeito a nação nipônica, o próximo gráfico exhibe o PIB referente à mesma época do recorte temporal da pesquisa. Como se pode observar, os números transpassam os cálculos brasileiros, analisados desde 2002, reafirmando as diferenças socioeconômicas entre ambos os países abordados na pesquisa. Assim sendo, o Gráfico 05 apresenta dados sobre o PIB do Japão no período compreendido entre de 2002 e 2010:

<sup>61</sup> Países podem ter um PIB elevado por serem grandes e terem muitos habitantes, mas seu PIB per capita pode resultar baixo, já que a renda total é dividida por muitas pessoas.

<sup>62</sup> Para mais detalhes da tabela, bem como o acesso a mais tabelas com elementos relacionados ao PIB do Brasil nessa época, acessar o site do IBGE, no qual tais informações foram extraídas. Disponível em <[https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/default\\_xls\\_2002\\_2010\\_zip.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/default_xls_2002_2010_zip.shtm)>.

**GRÁFICO 05 - PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DO JAPÃO (BILHÕES \$)**



Fonte: CIA WORLD FACTBOOK<sup>63</sup>

Por conseguinte, a observância da tabela expõe o PIB nipônico, tanto pelo gráfico, bem como pela legenda abaixo que informa os valores numericamente, tendo como unidade de medida o dólar em bilhões.

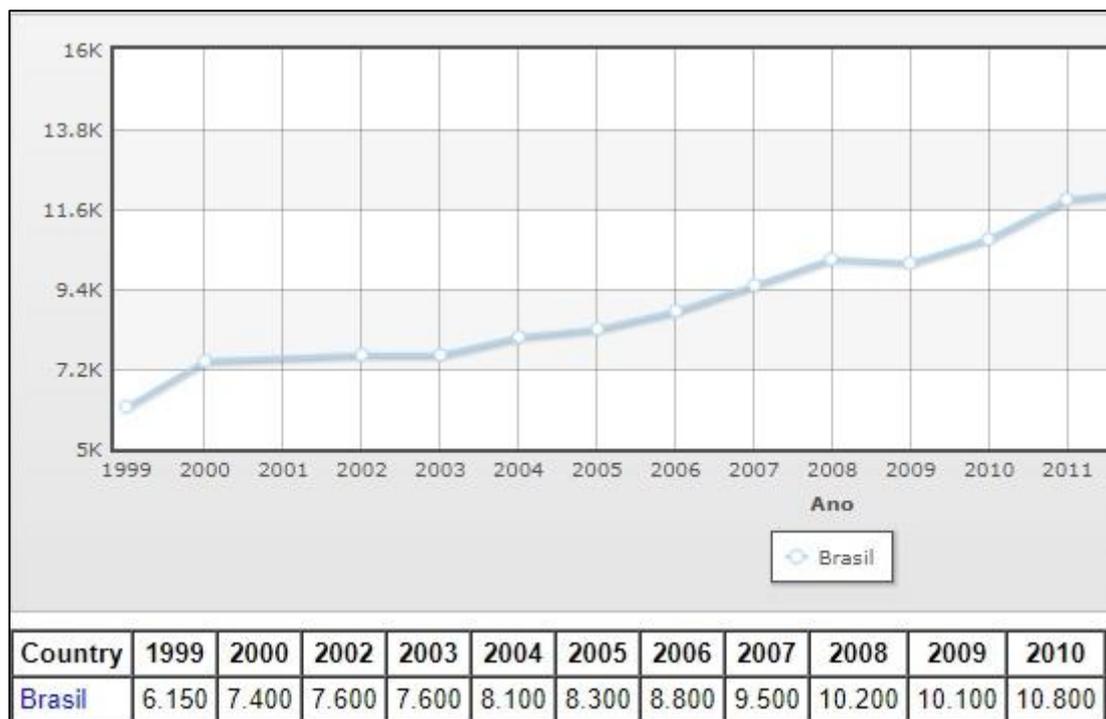
O PIB *per capita* também é um indicador utilizado nesta pesquisa no intuito de evidenciar a desigualdade entre ambos os países e, de certa forma, como essas diferenças afetam a qualidade de vida dos cidadãos tanto do Brasil, quanto do Japão. Dessa maneira, ressaltam os autores Constantino, Pegorare e Costa (2016, p. 240):

[...] é de extrema importância analisar o crescimento econômico sob a ótica da “qualidade”, e não somente em termos quantitativos; ou seja, deve-se avaliar se esse crescimento tem gerado algum tipo de desenvolvimento social. Assim, é necessário que o crescimento econômico de um país ou de uma região deva vir acompanhado de uma melhora nas condições de vida dos habitantes, especialmente na dos mais pobres. Uma das formas de verificar se o crescimento veio acompanhado de diminuição da desigualdade social é através do conceito Produto Interno Bruto per capita (CONSTANTINO; PEGORARE; COSTA, 2016, p. 240).

<sup>63</sup> No intuito de acessar os dados referentes ao gráfico 01, acessar o site Index Mundi, disponível em <<https://www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=65&c=ja&l=pt>>.

Nessa perspectiva, o PIB per capita compara o crescimento da riqueza produzida em um determinado território, e verifica se esta riqueza acompanhou o crescimento populacional nesse local, para que se possa tomar medidas socioeconômicas e diminuir a desigualdade social (CARNEIRO; BAGOLIN, 2012, p. 94). Dessa forma, as instituições e setores econômicos afetam o nível de renda através da distribuição de poder político, da geração de oportunidades econômicas, do estímulo à inovação e à acumulação de capital humano, além de outras vias, tal como ressaltam Constantino, Pegorare e Costa (2016, p. 240-241). O cálculo do PIB per capita<sup>64</sup> é  $\text{PIB per capita} = \text{PIB} / N$ , sendo o N = número de habitantes, resultando no índice então que mede a qualidade de vida e a distribuição do desenvolvimento em renda em um determinado país. Conforme o gráfico a seguir, nota-se o PIB per capita brasileiro:

**GRÁFICO 06 - PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) PER CAPITA DO BRASIL EM (US\$)**



Fonte: CIA WORLD FACTBOOK<sup>65</sup>

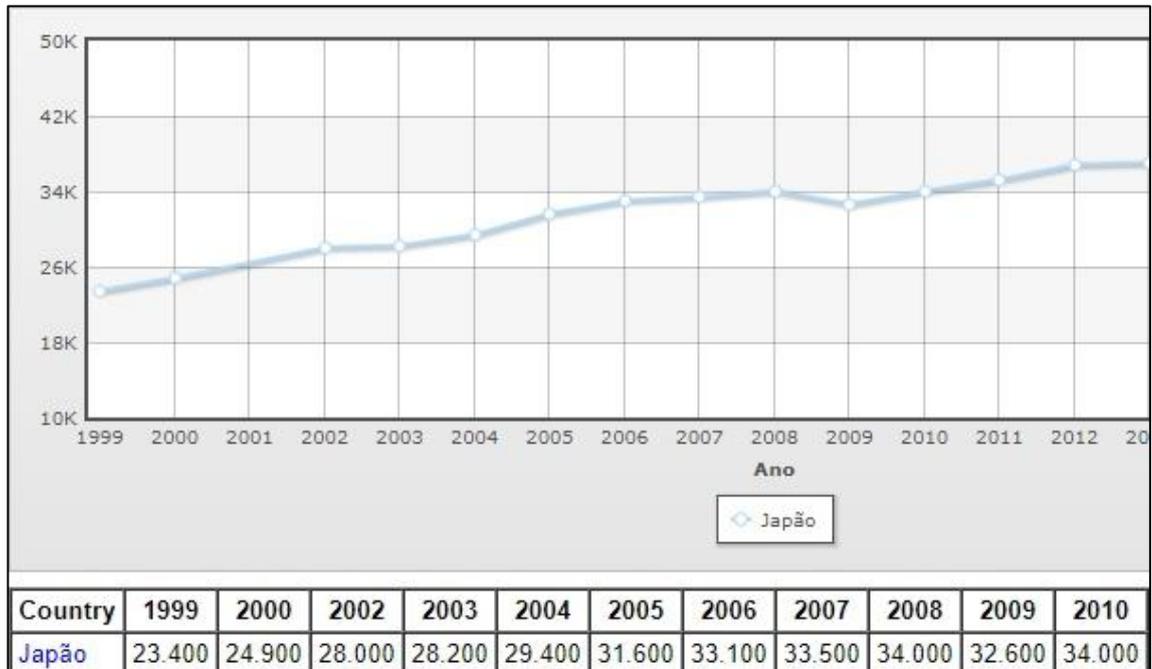
Conforme evidenciado no gráfico acima, ainda que o PIB per capita, ou seja, a qualidade de vida dos brasileiros, tenha aumentado nesse período, ao comparar com outros países, nesse caso especialmente o Japão, a diferença é claramente perceptível. O gráfico 07

<sup>64</sup> Para mais detalhes, acessar o site disponível em <<https://br.advfn.com/indicadores/pib/pib-per-capita>>.

<sup>65</sup> Gráfico disponível em <<https://www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=67&c=br&l=pt>>.

esboça a significativa desigualdade na distribuição do desenvolvimento e na qualidade de vida entre brasileiros e japoneses, medidos pelo PIB per capita:

### GRÁFICO 07 - PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) PER CAPITA DO JAPÃO EM (US\$)



Fonte: CIA WORLD FACTBOOK<sup>66</sup>

Tendo em vista que o PIB per capita é o produto interno bruto, dividido pela quantidade de habitantes de um país, sendo um indicador utilizado na macroeconomia, vale ressaltar que quanto maior o PIB per capita, mais desenvolvido é o país. Os exemplos acima, evidenciados pela dissemelhança entre o Brasil e o Japão, reafirmam o fato de que o Japão, como país central, detém o desenvolvimento e o capital, ao passo que o Brasil, subalterno na hierarquia internacional, dispõem de um desenvolvimento inferior, bem como país de um país periférico. Segundo dados da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), fica claro a diferença entre o Brasil e o Japão, cuja nação nipônica está à frente na classificação da distribuição de renda interna:

O Japão é a terceira maior economia do mundo, atrás apenas de Estados Unidos e China. A renda per capita japonesa é alta, assim como seu índice de desenvolvimento humano, situando-se na 17ª posição mundial, à frente de países como França, Áustria, Bélgica e Luxemburgo (APEX-BRASIL, 2015, p. 06).

<sup>66</sup> Para mais informações do gráfico, acessar o site disponível em <<https://www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=67&c=ja&l=pt>>.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>67</sup>, a realidade não é diferente, pois as diferenças se perpetuam, sendo que o IDH tem como base o desenvolvimento de um grupo de pessoas que vivem em um território específico. Assim, parte do pressuposto de que, para aferir o avanço de uma população, não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características como: sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana (PNUD, s.d.). À luz da análise territorial realizada através do IDH, explicar-se a integração dos espaços, pelo viés da mobilidade populacional e das economias territoriais. O território, nessa perspectiva, passa a ser concebido e entendido para além das relações de poder quando é, também, considerado uma instância social, ou seja, lócus de exercício de cidadania (SILVA; NASCIMENTO; FREITAS, 2006, p. 04). Os autores Constantino, Pegorare e Costa (2016, p. 236) destacam que:

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é obtido pelo resultado da síntese dos seguintes indicadores: renda, expectativa de vida, taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais de vida, e taxa de matrícula bruta nos três níveis de ensino, ou seja, a relação entre a população que se encontrava em idade escolar e o número de pessoas matriculadas no ensino fundamental, médio e superior (CONSTANTINO; PEGORARE; COSTA, 2016, p. 236).

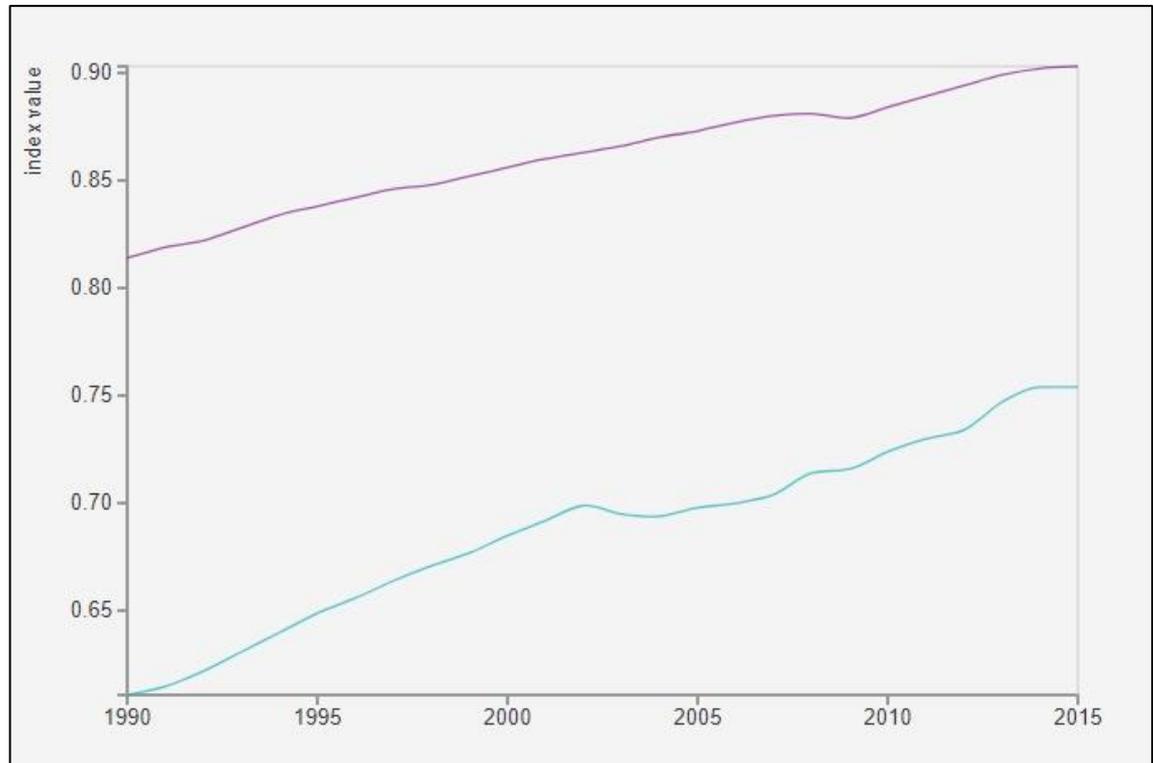
Nos anos entre 2000 e 2010, segundo o Programa das Nações Unidas Internacional para o Desenvolvimento (UNDP, s.d.), o IDH do Brasil foi de 0,682 para 0,739. Conforme exhibe o gráfico a seguir, com dados sobre o IDH brasileiro de 0.754, atingindo a posição de 79º no ranking mundial<sup>68</sup>, enquanto que o Japão com 0.903, contempla o 17º posto no ranking mundial, evidenciando uma discrepância entre os níveis de desenvolvimento humano entre ambos os países. Dessa maneira, verifica-se no gráfico:

---

<sup>67</sup> O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) até um (total de desenvolvimento humano), classificado da seguinte forma: O índice de 0 a 0,499 é considerado muito baixo; 0,5 a 0,599 baixo; 0,6 a 0,699 médio; de 0,7 a 0,799 alto; e de 0,8 a 1,0 muito alto (PNUD, s.d.).

<sup>68</sup> Para mais detalhes, acessar o site do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas - UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, disponível em <<http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/BRA>>.

### GRÁFICO 08 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL E DO JAPÃO



**Fonte:** Human Development Data com base no Programa das Nações Unidas Internacional para o Desenvolvimento (UNDP)<sup>69</sup>.

No gráfico exposto, a linha roxa caracteriza o nível nipônico, atingindo altos níveis de desenvolvimento humano, desde até mesmo antes do marco temporal da pesquisa e permanecendo superior ao Brasil (linha azul), no gráfico do Programa das Nações Unidas Internacional para o Desenvolvimento (UNDP).

Ademais, utiliza-se o Coeficiente de Gini, ou também conhecido como Índice de Gini, com o objetivo de evidenciar ainda mais a desigualdade socioeconômica entre ambos os países. Logo, é um índice destinado à mensuração do grau de desigualdade da população, sendo esse um dos principais índices utilizados pelos economicistas para medir tal distribuição de renda e riqueza em determinado país. Com esse índice obtém-se a desigualdade da distribuição de renda da população, porém seu cálculo pode ser usado para

<sup>69</sup> No intuito de conferir os dados do desenvolvimento humano medidos pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, acessar o site disponível em <<http://hdr.undp.org/en/data#>>.

qualquer distribuição, como por exemplo, concentração de terra (MONTIEL, 2017, p. 59). Segundo o IPECE (s.d., p. 07)<sup>70</sup>:

Uma das principais vantagens do coeficiente de GINI é que ele é uma medida de desigualdade calculada por meio de uma análise de razão, ao invés de uma variável representativa da maioria da população, tais como renda per capita ou do produto interno bruto. Ele pode ser usado também para comparar as distribuições de renda entre diferentes setores da população, tais como as zonas urbanas e rurais. É um índice suficientemente simples e facilmente interpretado, especialmente quando comparações são feitas entre países. Por ser simples, ele permite também uma comparação da desigualdade entre economias através do tempo (IPECE, s.d., p. 07).

O Coeficiente de Gini, portanto, é comumente utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada também para qualquer distribuição, como concentração de terra, riqueza entre outras. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda, no qual todos têm a mesma renda, e 1 corresponde à completa desigualdade, no qual uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm, conforme o IPECE (s.d., p. 03). Dessa maneira, os gráficos a seguir esboçam a realidade da desigualdade de distribuição de renda no Brasil e no Japão, respectivamente:

#### GRÁFICO 09 – COEFICIENTE DE GINI – BRASIL (1990-2015)



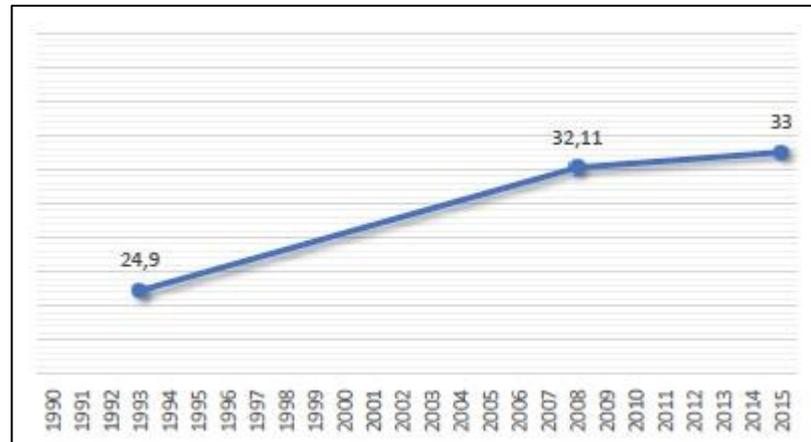
Fonte: MONTIEL, 2017, p. 81, com base nos dados do Banco Mundial.

O índice de GINI é importante pois é uma medida calculada através da análise de razão, e não por uma variável que visa somente a maioria da população. É um índice não complexo e de fácil interpretação, principalmente quanto a comparação da desigualdade econômica entre os países através do tempo (MONTIEL, 2017, p. 60). Nos valores do gráfico, o Índice de Gini é multiplicado por 100, tendo em vista a melhor visualização no esboço,

<sup>70</sup> Para mais detalhes sobre o cálculo do Coeficiente de Gini, bem como outros detalhes desse medidor socioeconômico, acessar o link do Instituto De Pesquisa E Estratégia Econômica Do Ceará (IPECE), disponível em <[http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Entendendo\\_Indice\\_GINI.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Entendendo_Indice_GINI.pdf)>.

nesse caso, em ambos os gráficos, seja pelos dados brasileiros ou pelos nipônicos, o coeficiente demonstra as discrepâncias da distribuição de renda. O próximo gráfico evidencia o cenário nipônico:

**GRÁFICO 10 – COEFICIENTE DE GINI – JAPÃO (1990-2015)**



**Fonte:** MONTIEL, 2017, p. 77 com base nos dados do Banco Mundial e da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

À vista disso, conforme disserta os dados do IPECE, os países mais próximos do 1, ou nesse caso 100, possuem uma distribuição de renda desigual e desproporcional, ao passo que os países dispostos mais próximos do 0, possuem um escopo mais equivalente e igualitário. Fatores explicitamente abordados pelos gráficos acima, segundo a autora Montiel (2017, p. 64), o Brasil obteve a posição de 143º no ranking de países com melhor distribuição de renda<sup>71</sup>, ou seja, medidos pelo Coeficiente de Gini, ao passo que o País do Sol Nascente conquistou a posição 35º, o que também evidencia a discrepância socioeconômica entre ambos os países.

Dado o exposto, o presente trabalho se utilizou de elementos que objetivaram reforçar o argumento da dependência no sistema internacional, no qual os países estão dispostos numa escala hierárquica classificada em diferentes níveis de desenvolvimento, além de estarem sob uma anarquia internacional, majoritariamente capitalista, cuja maneira de manter a ordem e, evitar a guerra, dá-se na manutenção do *status quo*, ainda que essa condição signifique que os países tendem a permanecer desiguais a nível internacional, no intuito de assegurar a ordem.

<sup>71</sup> Para mais detalhes desse ranking, acessar o Trabalho de Conclusão de Curso da autora Montiel, cujo ranking de Gini, PIB, IDH é contemplado nos anexos ou até mesmo no decorrer do trabalho, conforme dados do Banco Mundial, disponível em <<http://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/2050/1/Maiara%20-%20Vers%C3%A3o%20Final%20Biblioteca.pdf>>.

Sob tal enfoque, ainda que os países mantenham relações amistosas entre si, seja no âmbito político ou econômico, a manutenção da ordem capitalista perpetua as diferenças entre os países no âmbito internacional, fator que contribui para a característica da periferia em manter-se dependente economicamente dos países do centro. Portanto, o exemplo utilizado, sendo o Brasil enquanto periferia e o Japão enquanto centro, ajuda a compreender essa dinâmica no âmbito internacional, tendo em vista que ambos os países mantêm relações por mais de século, cooperando interesses que beneficiam ambos, no entanto, perduram a dependência econômica brasileira, oriunda da característica periférica no sistema hierárquico e desigual do capitalismo.

Portanto, o conceito de desenvolvimento acarreta uma ideia de transformação, ou seja, do antigo para o novo, bem como do clássico para o moderno. Logo, acarreta uma noção de movimento, progresso, mudança (SANTOS FILHO, 2005). Todavia, o desenvolvimento oriundo da relação entre ambos os países, desenvolve uma dependência brasileira, pois estrategicamente o Japão investe em regiões específicas, que garantam a exportação de matérias-primas, enquanto exporta para o Brasil manufaturados. Sendo assim, a ideia de mudança, na realidade fica presente no discurso, pois na prática, o ciclo mantenedor da ordem, perpassado por tais elos econômicos, garante a característica brasileira de grande exportador de *commodities*, dependente economicamente dos produtos manufaturados nipônicos.

As instituições brasileiras, especificamente a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), afirma que o Japão é conhecido pela produção de produtos de alta tecnologia e produtos intensivos em capital, haja vista que o país exporta principalmente produtos do complexo máquinas e equipamentos. Ao passo que, também reconhece a característica japonesa de dependente da importação de recursos naturais (APEX, 2015, p. 08), ocasionando os cerrados brasileiros, uma esfera que concilia os interesses brasileiros e nipônicos, no intuito de desenvolver a região. O PRODECER, deste modo, é abordado no trabalho para ilustrar como ocorre tal dinâmica estratégica de cooperação, juridicamente estabelecida, que assegura a produção em larga escala de matérias-primas no Brasil, sendo que interessa ao Japão a importação desses recursos naturais.

A seguir, nas considerações finais, a linha de pesquisa será recapitulada, utilizando-se dos elementos, política externa, teorias e indicadores abordados no trabalho, no intuito de compreender de que maneira o Brasil está economicamente dependente do Japão, ao passo que mantém o *status quo* e a ordem desigual capitalista, na qual países em diferentes níveis de

desenvolvimento agem num mesmo cenário internacional. Haja vista que as diferenças internas de classe, no âmbito doméstico, também perpassam a esfera internacional e, à vista disso, países que detém o capital e a tecnologia desenvolvem-se em detrimento dos países de economia primária e periférica, tal qual o Brasil, periferia, depende do Japão, enquanto país desenvolvido.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das ideias apresentadas no presente texto é possível perceber o fator da dependência no âmbito internacional. O estudo de caso, a cooperação Brasil-Japão, demonstra que sob a lógica capitalista, países com diferentes níveis de desenvolvimento atuam num mesmo cenário e/ou mercado, além de serem hierarquicamente classificados, estabelecendo elos econômicos conforme a divisão internacional do trabalho permite a conciliação de interesses.

Os elementos abordados, portanto, interligam-se no intuito de compreender como se dá essa dependência no âmbito das relações internacionais, bem como reafirmar as diferenças socioeconômicas entre ambos os países. Logo, os interesses estratégicos de atuação Norte-Sul, tendo em vista o projeto PRODECER, interpretado pela Teoria da Dependência demonstra o interesse estratégico de ambas as nações, porém auxiliando na característica periférica brasileira, enquanto exportador de matérias-primas e dependente dos manufaturados provenientes do Japão.

Logo, o desenvolvimento, advindo desse elo econômico nipo-brasileiro, na prática não altera a característica primário exportadora do Brasil, isto é: não transforma profundamente a situação atual do país. Sendo assim, esse conceito de progresso, oriundo do conceito de desenvolvimento, reforça a dependência brasileira, enquanto periferia, ante ao Japão, país desenvolvido e central.

Sob tal enfoque, a linha de pesquisa abordada teve como base a Teoria Sistema-Mundo, com o propósito de compor uma base teórica no intuito de fundamentar a hierarquia no âmbito internacional. Considerando que os países estão no âmbito internacional, estão dispostos em diferentes níveis de desenvolvimento e classificados como centro, semiperiferia e periferia. À luz da Teoria da Dependência, também interpretada na pesquisa, entende-se a dependência dos países periféricos em relação aos países centrais, advindo do desenvolvimento do capitalismo, a divisão internacional do trabalho, a deterioração dos termos de troca, a industrialização tardia dos países latino-americanos, ocasionando subalternidade, hierarquia estrutural e desigualdades, considerando que o capitalismo em pleno exercício fomenta tais disparidades socioeconômicas.

Dessa forma, os países estão dispostos em diferentes níveis de desenvolvimento no sistema internacional e, conseqüentemente, por não existir um ator hegemônico que comande

os demais, tais países sobrevivem num ambiente anárquico, mantendo uma determinada ordem e/ou harmonia por meio de elos políticos, diplomáticos, econômicos, entre outras dinâmicas de política externa. No entanto, a hierarquia entre esses países, apesar de perpassada por relações amistosas, tende a permanecer justamente com o objetivo de manter a ordem e o *status quo* internacional, isto é, apesar da cooperação Brasil-Japão condicionar um elo amistoso entre ambos os países, a dependência brasileira ante ao País do Sol Nascente pertence à estrutura sistêmica, na intenção de manter a ordem estrutural capitalista.

À luz dessa lógica, a análise crítica do trabalho, por sua vez, dedica-se em julgar os moldes capitalistas que fomentam desigualdades, dicotomias, exploração, hierarquia, além de condicionar os países a conviverem sob a égide do desenvolvimento e da globalização. No entanto, esse desenvolvimento pertence aos países centrais, haja vista que são os detentores do capital, meios de produção, progresso técnico e tecnologia. Isto posto, os países periféricos, por não deterem tais elementos, tornam-se dependentes da tecnologia, capital e produtos manufaturados advindos de tais países centrais, ainda que o discurso desenvolvimentista seja presente nos elos Norte-Sul, ou seja, centro-periferia.

Logo, a característica subalterna dos países periféricos permanece apesar de cooperações e laços diplomáticos, tendo o exemplo utilizado no presente texto, à cooperação entre o Japão e o Brasil, como raciocínio de como a matriz produtiva brasileira com uma base primário exportadora tende a permanecer, atrelada ao projeto utilizado na pesquisa, o PRODECER. Tendo em conta que esse projeto, estrategicamente pensado pela nação nipônica no intuito de conciliar interesses de ambas as nações, no entanto ocasiona a ideia de um “quintal” japonês para a sua atuação fora do seu próprio território, uma vez que o país não possui uma vasta área cultivável.

No que concerne a América Latina, o estruturalismo dependente é um fator intrínseco aos países pertencentes ao continente, principalmente pela característica de grande exportador de *commodities* vigente nos países latino-americanos. O Brasil, portanto, não foge à regra. Ao passo que a Divisão Internacional do Trabalho fomentou, juntamente com o desenvolvimento do capitalismo, a segmentação do trabalho e do capital em diferentes níveis de atuação no sistema internacional, os países, por sua vez, especializaram-se em diferentes etapas do trabalho, dividindo a produção e acentuando ainda mais a escala hierárquica no âmbito internacional.

Por sua vez, a cooperação internacional pode conciliar distintos interesses de diferentes países e estabelecer um elo político e/ou econômico, sob o enfoque dessa divisão do trabalho, por conseguinte, o Brasil assume a característica primária do processo, exportando *commodities* e matérias-primas, enquanto que o Japão as transformam em manufaturados e, posteriormente, exporta ao Brasil com alto valor agregado. Esse ciclo, na verdade, concebe a característica dependente brasileira ante ao desenvolvimento, o progresso técnico e a tecnologia nipônicos, tendo em vista que o Brasil, enquanto periferia, depende do desenvolvimento e do capital advindos do Japão, enquanto país central.

Fica claro, portanto, que a crítica do presente texto se dá no âmbito internacional, mais especificamente a estrutura capitalista vigente, a julgar que fomenta desigualdades, subalternidade e hierarquias, seja no âmbito doméstico ou até mesmo internacional, além de perpetuar tais discrepâncias no intuito de manter a ordem e o *status quo*. O caso da cooperação entre Brasil e Japão, então utilizado na pesquisa, indica como esse fator se dá na prática, julgando pelos interesses nipônicos nos cerrados brasileiros e a estrutura capitalista que sustenta tal estratégia internacional, desenvolvendo, portanto, a característica periférica e subalterna do Brasil em relação ao Japão.

O intuito da pesquisa não é julgar especificamente a cooperação Brasil e Japão, ou até mesmo repreender o Japão especificamente, porém, a crítica se dá na estrutura sistêmica capitalista que fomenta desigualdades, divide o sistema internacional numa dicotomia de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, além de fomentar o desenvolvimento de determinadas nações em detrimento das demais. Essas discrepâncias se perpetuam a fim de manter uma ordem internacional harmônica que, porém, se estrutura de maneira excludente, desigual, desproporcional e hierárquica.

O caso Brasil-Japão ilustra a compreensão de como essa dinâmica se dá no sistema internacional. Basta considerar o estratégico projeto PRODECER, tendo como objetivo o desenvolvimento dos cerrados brasileiros, assim como fornecer produtos primários em grande escala e, posteriormente, exportar ao Japão. Sendo esse desenvolvimento, oriundo da cooperação, benéfico ao Brasil, por que a transformação da base econômica brasileira não ocorreu?

Considerando que os países estão condicionados a permanecer no mesmo patamar no sistema internacional, isto é, países desenvolvidos permanecem detentores do desenvolvimento, enquanto da periferia mantém-se subalternos, conforme a Teoria da

Dependência, os elos econômicos internacionais, portanto, auxiliam na manutenção desse *status quo*. Dessa forma, é possível compreender que desde a época da colonização a América Latina permanece à mercê dos países colonizadores, ainda que atualmente essa característica politicamente não ocorra. Todavia, por meio de um imperialismo moderno é possível analisar a relação periférica latino-americana a julgar pela dependência do capital, tecnologia, progresso técnico, desenvolvimentos e moldes dos países desenvolvidos, anteriormente países colonizadores.

Essa dinâmica de sobrevivência no sistema internacional não exclui o Brasil de também participar de elos econômicos que reproduzem essa mesma dependência, haja vista pelo projeto ProSavana<sup>72</sup>, na qual por meio da cooperação triangular, Brasil e Japão se unem para cooperar com Moçambique. Dado que Beck (2016) afirma:

Em Moçambique, existe a preocupação de que o ProSavana implemente o modelo de monoculturas e latifúndios, voltados para o mercado externo. Isto ocorreu no Brasil, onde no Cerrado brasileiro foi implementado, com a ajuda do Japão, o projeto PRODECER, o "pai" do ProSavana. Atualmente, as áreas de implantação do projeto em Moçambique são ocupadas principalmente por pequenos agricultores (BECK, 2016).

Apesar do mesmo ciclo de dependência se repetir pelo Brasil na África, o intuito da pesquisa não é o ProSavana em si, contudo, posteriormente pode ser um tema para uma futura agenda de pesquisa. Dessa forma, tal projeto foi abordado a fim de demonstrar que essa dinâmica capitalista fomenta cada vez mais desigualdades, além de se repetir no âmbito internacional, a fim de conciliar interesses e manter tal ordem sistêmica, cujos países que detém mais capital e desenvolvimento, ditam as regras do dinâmica internacional para os países periféricos.

À luz desse argumento, o sistema capitalista, portanto, ocasiona o desenvolvimento de determinados países em detrimento dos demais, seja o Japão estrategicamente investindo nos cerrados brasileiros, no intuito de promover *commodities* para exportação, ou até mesmo por ambos os países investirem na produção em larga escala em Moçambique. Tal crítica, por sua vez, demonstra a fragilidade da periferia no âmbito internacional, tal como a hierarquia e

---

<sup>72</sup> ProSavana é a sigla de Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical no norte de Moçambique. Participam os Governos do Brasil, do Japão e de Moçambique. O objetivo deste programa é melhorar as condições de vida da população no Corredor de Nacala através de um desenvolvimento agrícola regional sustentável e inclusivo. Propõem-se a modernizar a agricultura com vista a um aumento da produtividade e produção, e diversificação da produção agrícola enquanto geram emprego através de investimentos agrícolas e do estabelecimento de cadeias de valor. Tem sido criticado por membros da sociedade civil por favorecer monoculturas e a exportação em vez de apostar na agricultura familiar. Para mais detalhes, acessar o site do projeto, disponível em <<http://www.prosavana.gov.mz/pt-pt/o-que-e-o-prosavana/>>.

subalternidade estrutural capitalista, haja vista que os países em desenvolvimento tendem a perpetuar essa hierarquia por meio de investimentos estratégicos voltados para a especialização da periferia – a produção e exportação de matérias-primas – e, portanto, permanecem detentores da tecnologia, desenvolvimento, meios de produção e capital.

Por isto, a presente pesquisa objetivou analisar e, em alguma medida, criticar a ordem estrutural capitalista que perpassa mecanismos de desigualdades e dependências entre os países no âmbito internacional, classificados por diferentes níveis de desenvolvimentos socioeconômicos, dinâmicas de divisão do trabalho e permanência de uma ordem anárquica, desproporcional e excludente. Tendo o exemplo da cooperação Brasil-Japão para demonstrar como ocorre esse fenômeno, a julgar pelo Brasil, enquanto periferia, dependente economicamente do Japão.

Dessa maneira, a América Latina, portanto incluindo a característica periférica brasileira, tende a permanecer subalterna no sistema internacional. Essa lógica, apesar de principiada há mais de séculos atrás, de certa forma, perpetua-se com uma nova roupagem, mantendo os países, anteriormente metrópoles, detentores dos meios de produção, capital, desenvolvimento e tecnologia. Ao passo que os países subdesenvolvidos, ou anteriormente denominados como colônias, como no caso latino-americano, perpetuam-se como subalternos, como a matriz produtiva primária e a economia deteriorada e dependente dos manufaturados provenientes desses, a priori chamados de metrópoles, atualmente países de centro.

O *status quo*, por sua vez, perpetua-se juntamente com tal lógica de economias assimétricas e que tendem a permanecer desiguais e hierarquias num âmbito internacional, atendendo aos interesses e ao poder dos países desenvolvidos. A dependência estrutural do Brasil, sob a vigência da dinâmica capitalista, demonstra o contraste desse sistema econômico, pois apesar de aparentemente benéfico e civilizatório, em realidade sustenta-se por meio de desigualdades, além de promover o desenvolvimento e o progresso de determinadas nações em detrimento dos demais países subdesenvolvidos e submissos no âmbito internacional.

Portanto, na atual ordem internacional vigente, o subdesenvolvimento e a dependência dos países periféricos, não são etapas do processo que esses países enfrentam no intuito de alcançar o desenvolvimento, mas sim a consequência da própria dinâmica estrutural do capitalismo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-BRASIL). **Japão Aspectos Gerais, Demografia e Renda 2015**. Brasília – DF, 2015. Disponível em <<http://www.apexbrasil.com.br/Content/imagens/4896401b-f461-49b8-973e-823be68a72ae.pdf>>. Acesso dia 24 de setembro de 2018.
- AMARAL, M. S. CARCANHOLO, M. D. **A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes**. Revista Katál, Florianópolis, v. 12 n. 2, 2009.
- AMIN, Samir. **Imperialismo e desenvolvimento desigual**. São Paulo: Vertice, 1987.
- ÁREA dos cerrados é onde japoneses investirão. **Diário de Brasília**. Primeiro caderno. Edição de 18 de fevereiro de 1975.
- BECK, Johannes. **ProSavana – desenvolvimento da agricultura local ou monoculturas para a exportação?** Made for minds (DW). 2016. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-002/prosavana-desenvolvimento-da-agricultura-local-ou-monoculturas-para-a-exporta%C3%A7%C3%A3o/a-17128512>>. Acesso em 01 de outubro de 2018.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Agência de Cooperação Internacional do Japão. **Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados**. Estudo de Avaliação Conjunta – Relatório Geral, Nº 48. Brasília, janeiro de 2002.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico**. In: SADER, Emir, SANTOS, Theotonio dos (coords.); MARTINS, Carlos Eduardo, SOTELO VALENCIA, Adrián (orgs.). *A América Latina e os desafios da globalização*. Rio de Janeiro. Ed. PUC-RIO; São Paulo, Boitempo Editorial, 2009.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento da América Latina**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 8ª edição revista, 2004.
- CARLEIAL, L. M. F. **Subdesenvolvimento e mercado de trabalho: uma análise a partir do pensamento latino-americano**. Sociologias, Porto Alegre, ano 12, n. 25, 2010.
- CARMO, R. A. E. **As Etapas Do Desenvolvimento Capitalista No Brasil**. 6º - COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS. Universidade Federal Fluminense. Niterói, s.d.
- CARNEIRO, Douglas Mesquita; BAGOLIN, Izete Pengo. **Distribuição da renda do trabalho versus perfil socioeconômico e crescimento nos três Coredes de menor PIB per capita do Rio Grande do Sul nos anos 2000**. Indicadores Econômicos FEE, v. 40, n. 1. 2012.
- CERVO, Amado Luiz. **História da Política Exterior do Brasil**. 5ª ed. – Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2015.
- CHATURVEDI, Sachin; SINGH, Kunal. **Features of South-South Cooperation and global dynamics**. Forum for Indian Development Cooperation, Policy Brief, nº 1, 2014.
- CHINAGLIA, P. H.; VIANA, W. C. **Estado Westfaliano Versos Estado-Nação E Seus Reflexos Nas Colônias Da América Latina**. Disponível em: <

Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf>. Acesso em 08 de janeiro de 2018.

CIA WORLD FACTBOOK. **Produto Interno Bruto (PIB) (bilhões \$) - Japan**. Disponível em <<https://www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=65&c=ja&l=pt>>. Acesso em 05 de setembro de 2018.

COLISTETE, Renato Perim. **O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil**. Estud. av. vol.15 no.41, São Paulo, 2001. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000100004)>. Acesso dia 30 de outubro de 2018.

CONSTANTINO; PEGORARE; COSTA. **Desempenho regional do IDH e do PIB per capita dos municípios de Mato Grosso do Sul, Brasil, entre 2000 e 2010**. INTERAÇÕES, Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, MS, v. 17, n. 2, 2016.

FGV, *Fundação Getúlio Vargas – Juscelino Kubitschek*. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/juscelino\\_kubitschek](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/juscelino_kubitschek)>. Acesso em 14 de julho de 2018.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). [s.d.]. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2015/01/weodata/index.aspx>>. Acesso em: 4 de setembro de 2018.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Tradução de Galeano de Freitas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, (estudos latino-americano, v.12) s.d. Do original em espanhol: Las venas abiertas da America Latina.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Campus, 1982, p. 541.

IBGE, **Contas Regionais do Brasil**. Tabela 01 – Produto Interno Bruto das Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002-2010. Disponível em: <[https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/default\\_xls\\_2002\\_2010\\_zip.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/default_xls_2002_2010_zip.shtm)>. Acesso dia 04 de setembro de 2018.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. **O Prodecer e as tramas da territorialização do capital no cerrado**. 2010. 271 f. Tese (Doutorado) – Curso de Geografia, Universidade Federal do Goiás, Goiânia, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Entendendo o Índice de Gini**. Governo Do Estado Do Ceará, s.d. Disponível em <[http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Entendendo\\_Indice\\_GINI.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Entendendo_Indice_GINI.pdf)>. Acesso dia 05 de setembro de 2018.

JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY (JICA). **Acordo do projeto celebrado entre JICA, Banco Central e CAMPO**. Tradução de Bunny Gustave Persijn. Brasília, 28 set. 1979a, 24p. (mimeo).

JICA. Agência de Cooperação Internacional do Japão. **50 anos de Cooperação Brasil-Japão, 2009**. Disponível em: <<http://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/publications/pdf/50anos.pdf>>. Acesso em: 11 de abril de 2018.

JUBRAN, B. M., LEÃES, R. F., VALDEZ, R. C. C., **Relações internacionais: conceitos básicos e aspectos teóricos**. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, Porto Alegre, 2015.

KEOHANE, R. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. Princeton University Press. New Jersey, 1984.

KISHIMOTO, Tizuko M.; DEMARTINI, Zeila de B. **Educação e cultura: Brasil e Japão**. São Paulo: EDUSP, 2012.

LEITE, Alexandre César Cunha; DANTAS, Aline Chianca. **Cooperação Técnica Brasil - Japão e os delineamentos em torno da Política Externa Brasileira do Governo Lula**. Mural Internacional. Ano IV, nº 1, 2013.

LENGYEL, Miguel; MALACALZA, Bernabé. **What do we talk when we talk about South-South Cooperation? The construction of a concept from empirical basis**. Intervenção durante a Conferência conjunta IPSA-ECPR, São Paulo, 2011, p. 16-19.

LUBASZEWSKI, Natasha Pereira. **REVISTA PERSPECTIVA**. v. 8, n. 15 (2015).

LUCE, Mathias S. **A teoria do Sub Imperialismo em Ruy Mauro Marini: Contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria**. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la independencia**. México, Era, 1973.

\_\_\_\_\_. **Subdesarrollo y revolución**. México: Siglo XXI, 1974. 5ª ed.

\_\_\_\_\_. **Dialéctica da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã (I – Feuerbach)**. São Paulo/SP: Editora Hucitec, (1846 [1999]).

MATOS, P. A., **Nunca Antes Na História Deste País. A Cooperação Brasileira (2003-2010) Com África Do Sul, Nigéria, Angola E Cabo Verde**. 2017. 201f. Dissertação de Doutorado - Pontifícia Universidade Católica De Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

MARTINS, José Ricardo. **Immanuel Wallerstein E O Sistema-Mundo: Uma Teoria Ainda Atual?** Universidade Federal do Paraná, 2015.

MONTIEL, M. M. **O Desenvolvimento das Cinco Maiores Economias Mundiais Mais a do Brasil: Uma Análise Comparativa Entre Indicadores Contemporâneos Seleccionados**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa. Sant'Ana do Livramento, 2017.

OLIVEIRA, H. A. de; MASIERO, G. Estudos Asiáticos no Brasil: contexto e desafios. **Revista Brasileira de Política Internacional** 48 (2): 5-28 [2005].

PÊSSOA, V. L. S.; INOCÊNCIO, M. E. **O PRODECER (RE)VISITADO: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária – UFU. Uberlândia, v. 9, n. 18, 2014.

- PÉRET, R. de C. A. A questão da Sustentabilidade da agricultura nos cerrados. In: SHIKI, S. & SILVA, J. G. da. (Orgs) et alii. **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do Cerrado brasileiro**. Uberlândia, UFU: 1997, p. 353-371.
- PINTO, E. C.; BALANCO, P. **Estado, Bloco No Poder e Acumulação Capitalista: Uma Abordagem Teórica**. Revista de Economia Política, vol. 34, nº 1 (134), 2014.
- POCHMANN, M. **Capitalismo e desenvolvimento**. In: **Brasil sem industrialização: a herança renunciada**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.
- PORTAL BRASIL, **Entenda como é medido o Produto Interno Bruto (PIB)**. Governo do Brasil, 2017. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/06/entenda-como-e-medido-o-produto-interno-bruto-pib>>. Acesso em 04 de setembro de 2018.
- POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- PREBISCH, Raúl. *O Manifesto Latino-Americano: e Outras Ensaio*s. Contraponto, 2011.
- PROGRAMA NACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas Brasil**. [s.d.]. Disponível em: <[www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)>. Acessado em 05 de setembro de 2018.
- PUTNAM, Robert D. **Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games**. International Organization, vol. 42, nº 3, 1988.
- RAMOS, B. O. **A cooperação internacional e os debates teóricos: um estudo de caso sobre a atuação da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) no Brasil**. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- RODRIGUES, D. S. N.; TROIAN, A. **A Divisão Internacional do Trabalho (DIT): Consequências Sobre o Desenvolvimento da Periferia**. Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão, UNIPAMPA, v. 8, n. 2, 2016.
- SARFATI, G. **Teorias das relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- SANTOS, B. de S. (org.) (2005). **A globalização e as Ciências Sociais**. 3ª. ed. São Paulo: Cortez.
- SANTOS-FILHO, Onofre. O Fogo de Prometeu nas mãos de Midas: desenvolvimento e mudança social In: LAS CASAS CAMPOS, Taiane (Org.). **Desenvolvimento, desigualdades e relações Internacionais**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2005.
- SEABRA, Raphael Lana. **O capitalismo dependente latino-americano 40 anos depois**. REBELA, v. 3, n. 1, out. 2013.
- SILVA, L. A. D. S.; NASCIMENTO, C. D. J.; FREITAS, N. B. **Dinâmica Territorial e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Semi-árido Baiano: análise das Microrregiões Geográficas de Paulo Afonso e Juazeiro**. Feira de Santa, BA: UEFS, 2006.
- SHEVARDNADZE, Eduard. **USSR Academy Sciences, The Revolution Continues: Soviet Society in the conditions of restructuring**. Moscou, NAUKA Publishess, 1989.
- SOUZA, A. M. **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Ipea. Brasília, 2014.

UEHARA, A. R. **Relações Brasil-Japão: Aproximações e Distanciamentos. Publicación Carta Asiática.** Universidad de San Pablo, Núcleo de pesquisa em Relações Internacionais, junio de 1999. Disponível em < <http://www.asiayargentina.com/usp-06.htm>>. Acesso em 17 de julho de 2018.

UEHARA, Alexandre Ratsuo. **O crescimento econômico e os investimentos diretos japoneses no Brasil.** São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Japoneses, 2008.

UEHARA, Alexandre Ratsuo. **Legados de 120 anos de relações Brasil-Japão.** Fundação Japão em São Paulo, São Paulo, 2016.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). [s.d.]. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/countries>>. Acesso em 05 de setembro de 2018.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação.** Contexto int. vol.29 no.2 Rio de Janeiro, 2007.

WALLERSTEIN, I. (1974). **O Sistema Mundial Moderno. Vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI.** Porto: Ed. Afrontamentos.

WEBER, Max. **A política como vocação.** Brasília: Editora UnB, 2003.

YAMAMURA, R.J.H. **‘O estabelecimento das Relações Brasil-Japão no século XIX’**, in Textos de história. V.4, n.1, 1996, p. 125-148.

YOKOTA, Paulo. **"Fragmentos sobre as Relações Nipo-Brasileiras no Pós-guerra"**. Rio de Janeiro: Topbooks; São Paulo: Bolsa de Mercadorias & Futuro, 1997.